

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2011

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR (32) - Bancada do PSDB e representações partidárias do DEM, PPS, PHS, PRTB, PR, PRP, PTC, PTdoB e PTB

Líder: Deputado Bonifácio Mourão (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Luzia Ferreira (PPS), João Vítor Xavier (PRP), Cássio Soares (PRTB), Fred Costa (PHS) e Rômulo Viegas (PSDB)

BLOCO MINAS SEM CENSURA (23) – Bancadas do PT e PMDB e representações partidárias do PRB e PCdoB

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo (PRB), Ivair Nogueira (PMDB) e Paulo Lamac (PT)

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL - BPS (17) - Bancada do PV e representações partidárias do PSL, PSB, PMN, PSC e PP

Líder: Deputado Tiago Ulisses (PV)

Vice-Líderes: Deputados Hely Tarquínio (PV), Antonio Lerin (PSB), Duilio de Castro (PMN) e Rômulo Veneroso (PV)

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Deputado Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares (DEM)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Antônio Júlio (PMDB)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Leonardo Moreira (PSDB), Neider Moreira (PPS), Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Deiró Marra (PR) e Luiz Henrique (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Neider Moreira
Deputado Rogério Correia
Deputado Ivair Nogueira
Deputado Fred Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Valadares
Deputado Hely Tarquínio
Deputado Carlos Mosconi
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Paulo Lamac
Deputado Bruno Siqueira
Deputado Sebastião Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca
Deputado Pompílio Canavez

MSC
MSC

Presidente
Vice-Presidente



Deputada Lisa Prado	BPS
Deputado João Leite	BTR
Deputado Sebastião Costa	BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	MSC
Deputado Paulo Lamac	MSC
Deputado Romeu Queiroz	BPS
Deputado Anselmo José Domingos	BTR
Deputado Neider Moreira	BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	MSC	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado André Quintão	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Gilberto Abramo	MSC
Deputado Bosco	BTR
Deputado Arlen Santiago	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Délio Malheiros	BPS
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	MSC	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes	MSC
Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS
Deputado Luiz Henrique	BTR
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIENCIA

Reuniões Ordinárias -

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado
Deputado
Deputado
Deputado
Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado
Deputado



Deputado
Deputado
Deputado

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputada Lisa Prado	BPS	Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	MSC	Presidente
Deputado Paulo Lamac	MSC	Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Antônio Genaro	BPS	
Deputado Delvito Alves	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputado João Leite	BTR	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputada Maria Tereza Lara	MSC	
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeuzinho Leite	MSC	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	



Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC
Deputado Gustavo Perrela PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Bruno Siqueira MSC
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado André Quintão MSC
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Zé Maia BTR Presidente
Deputado Doutor Viana BTR Vice-Presidente
Deputado Romel Anísio BPS
Deputado João Vitor Xavier BTR
Deputado Antônio Júlio MSC
Deputado Ulysses Gomes BMC
Deputado Gustavo Perrela PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Tiago Ulisses BPS
Deputado Cássio Soares BTR
Deputado Rogério Correia MSC
Deputado Ivair Nogueira BMC
Deputado Sargento Rodrigues PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Célio Moreira BTR Presidente
Deputado Duarte Bechir BPS Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Hely Tarquínio BPS
Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Ivair Nogueira MSC

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Sávio Souza Cruz MSC Presidente
Deputado Tiago Ulisses BPS Vice-Presidente
Deputado BTR
Deputado Antônio Carlos Arantes BPS
Deputado Carlos Henrique MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes MSC
Deputado Rômulo Veneroso BPS
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR



Deputado Fábio Cherem
Deputado Antônio Júlio

BPS
MSC

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão
Deputado Fred Costa
Deputado Bosco
Deputado Antônio Lerin
Deputado Carlin Moura

MSC Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BPS
MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão
Deputado João Leite
Deputado Sebastião Costa
Deputado Rômulo Veneroso
Deputado Celinho do Sinttrocel

MSC
BTR
BTR
BPS
MSC

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado Fabiano Tolentino
Deputado Rômulo Viegas
Deputado Romel Anísio
Deputado Doutor Viana

BPS Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BPS
BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romeu Queiroz
Deputado Luiz Humberto Carneiro
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Antônio Lerin
Deputado Rogério Correia

BPS
BTR
BTR
BPS
MSC

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir
Deputada Ana Maria Resende
Deputado Luiz Henrique
Deputado Deiró Marra
Deputado Gilberto Abramo

BPS Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BTR
MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado João Leite
Deputado Bosco
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Antônio Júlio

BPS
BTR
BTR
BTR
MSC

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi
Deputado Hely Tarquínio
Deputado Doutor Wilson Batista
Deputado Neider Moreira

BTR Presidente
BPS Vice-Presidente
BPS
BTR



Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Tiago Ulisses BPS
Deputado Duílio de Castro BPS
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Almir Paraca MSC

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BTR Presidente
Deputada Maria Tereza Lara MSC Vice-Presidente
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Cássio Soares BTR
Deputado Sargento Rodrigues PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira BTR
Deputado Durval Ângelo MSC
Deputado Célio Moreira BTR
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Tenente Lúcio PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT Vice-Presidente
Deputado Romeu Queiroz BPS
Deputado Pompílio Canavez MSC
Deputado Tadeuzinho Leite MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duarte Bechir BPS
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Antônio Genaro BPS
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalcleber Lopes MSC Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Célio Moreira BTR
Deputado Anselmo José Domingos BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique MSC
Deputado Carlin Moura MSC
Deputado Fábio Cherem BPS
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Deiró Marra BTR



COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias - terças -feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrela	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BPS	
Deputado Tadeuzinho Leite	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado	Presidente
Deputado	Vice-Presidente
Deputado	
Deputado	
Deputado	
Deputado	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado
Deputado
Deputado
Deputado
Deputado
Deputado

Ouvidor Parlamentar:

SUMÁRIO

- 1 - ATAS
 - 1.1 - Reunião de Comissões
- 2 - ORDENS DO DIA
 - 2.1 - Plenário
 - 2.2 - Comissões
- 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
 - 3.1 - Plenário
 - 3.2 - Comissões
- 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE
- 6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
- 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/3/2011

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio, Carlos Henrique e Duílio de Castro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio



Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofícios da Sra. Adriene Andrade, Conselheira do Tribunal de Contas, encaminhando demonstrativo referente aos trabalhos dessa Corte em 2010; e do Sr. Francisco Pereira Lemos, Presidente da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano, encaminhando cópia de representação apresentada ao Ministério Público. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 195/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Antônio Júlio (3) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para debater a prestação de serviços de telefonia móvel em pequenos Municípios, a morosidade na emissão de notas fiscais eletrônicas e o uso do medidor inteligente de consumo de energia elétrica; da Deputada Liza Prado (3) em que solicita seja encaminhado ao Inmetro pedido de informações sobre a localização dos radares aferidos por esse órgão nos últimos cinco anos, no Estado; seja realizada reunião de audiência pública em Uberlândia, com a presença de Prefeitos do Triângulo e do Alto Paranaíba, para debater as condições da instalação de radares e os contratos com empresas que prestam esse serviço; e seja ouvido nesta reunião o Coordenador do Procon Assembleia para apresentar relatório relativo às atividades desse órgão em 2010; Délio Malheiros (7) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para discutir a qualidade dos serviços prestados pela Cemig e as causas de seu baixo desempenho nos indicadores de qualidade da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel -; e para discutir ilegalidades que teriam ocorrido na instalação de radares fixos e móveis em Belo Horizonte e na Região Metropolitana; seja encaminhado ofício ao Governo do Estado para que o DER-MG forneça cópia dos estudos técnicos que demonstram a viabilidade da instalação de radares fixos e móveis nas rodovias do Estado; seja encaminhado ofício à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para que a BHTRANS forneça cópia dos estudos técnicos que demonstram a viabilidade da instalação de radares fixos e móveis na Capital, nos termos dos contratos emergenciais firmados em 2010; seja realizada visita aos pontos em que estão instalados radares em Belo Horizonte, em especial àqueles onde ocorreu mudança de localização de aparelho; seja formulado voto de congratulações com o Sr. Jacson Rafael Campomizzi por sua posse no cargo de Coordenador do Procon Estadual; e seja realizado debate público para colher sugestões e elaborar estudo técnico com vistas a alterações no Código de Defesa do Consumidor; Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação do consumidor em face do atraso na entrega de imóveis adquiridos na planta por parte de empresas de construção civil; e Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada reunião de audiência pública em Pouso Alegre para discutir a instalação de radares e os contratos relativos à prestação desse serviço no Sul do Estado; da Deputada Liza Prado e do Deputado Duílio de Castro em que solicitam seja encaminhado à BHTRANS pedido de informações, com as especificações que menciona, sobre o valor da arrecadação de multas de trânsito nos últimos três anos; da Deputada Liza Prado e dos Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio, Carlos Henrique e Duílio de Castro (2) em que pedem sejam apresentados requerimentos a fim de que as reuniões da Comissão sejam transmitidas ao vivo e de que seja instalada comissão parlamentar de inquérito para apurar irregularidades na instalação de radares no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Liza Prado - Duílio de Castro - Carlos Henrique.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6/2011, EM 15/3/2011

Às 14h19min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivair Nogueira, Anselmo José Domingos e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente “ad hoc”, Deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Anselmo José Domingos para atuar como escrutinador. Feita a votação e procedida a contagem dos votos, o escrutinador anuncia que foram registradas três cédulas de votação e que os Deputados Ivair Nogueira e Duarte Bechir receberam três votos cada um, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Logo após o Presidente “ad hoc” empossa como Vice-Presidente o Deputado Duarte Bechir e passa-lhe a direção dos trabalhos. Ato contínuo, O Deputado Duarte Bechir empossa como Presidente o Deputado Ivair Nogueira, que, em seguida, designa como relator da matéria o Deputado Anselmo José Domingos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Ivair Nogueira, Presidente - Anselmo José Domingos - Rogério Correia.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/3/2011

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.324, que dispõe sobre o atendimento personalizado ao consumidor. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva opinou pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.333, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Congonhal o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.342, que autoriza o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM - a doar ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais - Cepasa -, com sede no Município de Unai, o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.345, que dispõe sobre a adoção do juízo arbitral para a solução do litígio em que o Estado seja parte e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei nº 1.654, de 26/9/57. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 6/2011, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 18.682, de 28/12/2009, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, e com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 23/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 222/2011, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 23/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, com convidados, o projeto Novo Somma Urbaniza, lançado pelo BDMG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 23/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 23/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 238/2011, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 23/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 231/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 23/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 23/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 11/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.



Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 23/3/2011, destinadas, ambas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 20.324, que dispõe sobre o atendimento personalizado ao consumidor; 20.333, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Congonhal o imóvel que especifica; 20.342, que autoriza o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam - a doar ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais - Cepasa -, com sede no Município de Unai, o imóvel que especifica; e 20.345, que dispõe sobre a adoção do juízo arbitral para a solução do litígio em que o Estado seja parte e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei nº 1.654, de 26/9/57; e 6/2011, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 18.682, de 28/12/2009, e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de março de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Jorge André Periquito para o Presidente da Utramig

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Celinho do Sinttrocel, Neilando Pimenta e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/3/2011, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente “ad hoc”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de José Cláudio Junqueira Ribeiro para Presidente da Feam

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Duarte Bechir, João Leite, Sávio Souza Cruz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/3/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Antônio Júlio, Presidente “ad hoc”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial Para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome da Sra. Marilena Chaves para Presidente da Fundação João Pinheiro

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Bosco, Délio Malheiros e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/3/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente “ad hoc”.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Tadeu José de Mendonça para Presidente do Ipem

Nos termos regimentais, convoco os Deputados André Quintão, Duílio de Castro, Fred Costa e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/3/2011, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Ana Maria Resende, Presidente “ad hoc”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Carlos Alberto Pavan Alvim para Diretor-Geral da Imprensa Oficial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Gustavo Valadares, Tiago Ulisses e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/3/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Vanderlei Miranda, Presidente “ad hoc”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Luiz Afonso Vaz de Oliveira para Presidente da Ruralminas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fabiano Tolentino, Rogério Correia, Rômulo Viegas e Tadeuzinho Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/3/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Romel Anízio, Presidente “ad hoc”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição N° 2/2011

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Duarte Bechir, Gustavo Perrella, Rogério Correia e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/3/2011, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Doutor Viana, Presidente, “ad hoc”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Jomara Alves da Silva para Presidente do Ipsemg

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Fred Costa, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/3/2011, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Luiz Carlos Miranda, Presidente “ad hoc”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome do Cel. PM Eduardo Mendes de Souza para Diretor-Geral do IPSM

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bosco, Carlos Henrique, Duarte Bechir e João Vítor Xavier, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/3/2011, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Maria Teresa Lara, Presidente “ad hoc”.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Antônio Carlos Barros Martins para Presidente da Fhemig

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Bruno Siqueira, Carlos Mosconi e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/3/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Hely Tarquínio, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição N° 1/2011

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Bosco, Elismar Prado e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/3/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Ana Maria Resende, Presidente "ad hoc".



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI N° 4/2011

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Relatório

O projeto em epígrafe, do Governador do Estado, dispõe sobre a extinção da pensão vitalícia instituída pela Lei n° 1.654, de 26/9/57.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo n° 1, que apresentou. Em seguida, foi o projeto encaminhado à Comissão de Administração Pública, que, em análise de mérito, opinou por sua aprovação.

Vem, agora, o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto aos aspectos financeiro e orçamentário, em conformidade com o art. 188, combinado com o art. 102, inciso VII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição tem por objetivo extinguir o direito à pensão vitalícia concedida aos ex-Governadores do Estado e, na ausência destes, às viúvas, filhas ou filhos desvalidos, o qual foi instituído pela Lei n° 1.654, de 1957. Pretende, também, regular a publicidade das informações pertinentes aos nomes dos beneficiários da pensão, bem como do valor dos estípedios recebidos, desde que haja pedido devidamente motivado.

Por meio da mensagem que encaminha a proposição, o Governador informa que o "tratamento do instituto de pensão vitalícia, tal como estabelecido no marco legal mineiro, encontra-se em dissonância com a atual concepção do mandato político". Assim, "a extinção do direito à pensão vitalícia para ex-Governador do Estado e seus dependentes vem, pois, ao encontro da evolução da democracia e de sua principiologia, em especial naquilo que tange à relação do mandatário político eleito com os seus constituintes".

Em observância ao que dispõe o art. 173, § 2º, do Regimento Interno, foram anexados ao projeto em tela os Projetos de Lei n°s 359 e 515/2011, uma vez que também dispõem sobre a extinção do direito de ex-Governadores receberem pensão vitalícia.

A Comissão de Constituição e Justiça não detectou óbice de natureza jurídico-constitucional à tramitação do projeto, haja vista que o tema se encontra no domínio da competência legislativa estadual. Todavia, a fim de precisar o alcance da medida e em atenção aos preceitos da técnica legislativa, apresentou o Substitutivo n° 1.

Em sua análise de mérito, a Comissão de Administração Pública considerou a proposta meritória, visto que a iniciativa é oportuna e coerente com o princípio republicano, ratificando a conclusão da Comissão que a precedeu.

No que concerne à competência desta Comissão para proceder à análise da repercussão orçamentária e financeira da proposição, destaca-se que a implementação da medida proposta não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF - nem gera despesas para o erário.

Importa salientar, ainda, que a proposição atende aos princípios da publicidade e da transparência da gestão fiscal, este previsto nos arts 1º, § 1º, e 48 da LRF, uma vez que fica garantido o acesso às informações relativas aos valores e nomes dos beneficiários de pensões vitalícias outrora concedidas a ex-Governadores do Estado ou a seus dependentes.

Sendo assim, entendemos que não há óbice ao prosseguimento, nesta Casa, do projeto sob análise.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n° 4/2011 no 1º turno, na forma do Substitutivo n° 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.



Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Zé Maia, Presidente - Romel Anízio, relator - Gustavo Perrella - Doutor Viana - Ulysses Gomes - João Vítor Xavier.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 6/2011

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 18.682, de 28/12/2009, e dá outras providências.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Em seguida, a Comissão de Administração Pública, em sua análise de mérito, opinou pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1, que apresentou.

Vem agora a proposição a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise pretende incluir entre os beneficiários do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores Públicos do Estado – Funapec – alguns servidores que, amparados pela legislação vigente à época da criação do Fundo, também eram beneficiários da carteira de seguros do Ipsemg. Além disso, a proposição prevê a instituição de uma taxa de administração a ser paga ao Ipsemg, que é o agente financeiro e executor do Funapec.

O Governador, em sua justificativa, informa que a intenção da Lei nº 18.682 não foi a de eliminar categorias de segurados, mas promover melhorias na gestão da carteira de seguros do Estado, sendo necessário corrigir a distorção criada pela mencionada lei a fim de que os segurados excluídos sejam reinseridos na legislação. Ademais, justifica a criação da taxa de administração em favor do Ipsemg com a exigência, constante no Decreto nº 45.514, de 2010, de que a carteira de seguros e pecúlio seja operacionalizada de acordo com padrões de gestão securitária, o que requererá investimentos em automatização e modernização das rotinas.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a matéria, considerou que o Funapec se destina a assegurar os benefícios de pecúlio, seguro coletivo e seguro do cônjuge aos servidores do Estado e seus dependentes. A Comissão propôs o Substitutivo nº 1, para sanar imperfeições de ordem técnica e jurídica, e excluiu o parágrafo único do art. 2º, que prevê que “o Funapec poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração”. Tal dispositivo contraria o art. 5º, § 1º, da Lei nº 18.682, de 2009, o qual prevê que o superávit financeiro do Funapec, apurado ao término de cada exercício fiscal, será mantido em seu patrimônio, ficando autorizada a sua utilização nos exercícios seguintes. Quanto à iniciativa para a proposição da matéria, a Comissão não vislumbrou óbice à sua tramitação por inexistir regra de iniciativa privativa no caso.

Por sua vez, a Comissão de Administração Pública, em sua análise de mérito, verificou a necessidade de aprimorar o projeto em relação às condições para que os beneficiários sejam considerados em dia com as contribuições de pecúlio e seguro. O projeto e o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, exigem que o servidor esteja em dia com as contribuições na data da publicação da Lei nº 18.682, de 2009. No entanto, pode haver servidores que estavam em dia com o pagamento das mensalidades em 2009, mas, após essa data, deixaram de pagar as mensalidades de pecúlio ou prêmios, não podendo, pela legislação que regula tais institutos, continuar como segurado. Com o intuito de corrigir tal imperfeição, a Comissão apresentou a Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

No que diz respeito à repercussão financeira e orçamentária da matéria, destacamos a importância da exclusão, efetuada pelo Substitutivo nº 1, do parágrafo único do art. 2º do projeto de lei, que prevê que o Funapec poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício e utilizar os valores para os fins a que se destina a taxa de administração. O Funapec é um fundo contábil, sendo o Ipsemg seu agente financeiro e executor. Assim, não haveria sobras de custeio das despesas do Fundo, mas apenas uma diferença entre o valor recebido pelo pagamento das mensalidades de pecúlio ou prêmios e os valores pagos como benefícios. Desse modo, sendo um fundo atuarial, é necessário manter o equilíbrio, de forma que os compromissos atuais e futuros possam ser pagos. Poderá haver desequilíbrio mesmo existindo superávit em um exercício se, nos exercícios posteriores, previstos no cálculo atuarial, os recursos forem insuficientes para o pagamento de benefícios futuros. Com vistas a manter o equilíbrio atuarial do Fundo, a lei que o criou determinou que os superávits verificados sejam nele aplicados, sendo imprescindível para sua viabilidade futura a exclusão daquele dispositivo.

Quanto às demais alterações propostas pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública, opinamos por sua aprovação, pois permitem o aperfeiçoamento do projeto de lei e a correção de imperfeições que poderiam prejudicar os beneficiários do Funapec.

Porém, consideramos necessário apresentar a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Administração Pública, com o intuito de garantir que os beneficiários que tenham deixado de contribuir para o Fundo porque não se consideraram contemplados pela Lei nº 18.682, de 2009, tenham um prazo para regularizar sua situação.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6/2011 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Administração Pública, e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, a seguir redigida.

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 3º do Substitutivo nº 1, acrescido pela Emenda nº 1, a seguinte redação:



“Art. 3º – O disposto no parágrafo único do art. 4º da Lei nº 18.682, de 2009, acrescentado por esta lei, aplica-se exclusivamente ao segurado que esteja em dia com as contribuições para o Plano de Pecúlio e Seguros do Ipsemg.

Parágrafo único – O servidor que estava na condição de segurado na data da publicação da Lei nº 18.682, de 2009, e que não esteja em dia com o pagamento das contribuições na data da publicação desta lei terá o prazo de noventa dias para regularizar sua situação.”.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Zé Maia, Presidente - João Vítor Xavier, relator - Doutor Viana - Gustavo Perrella - Romel Anízio - Ulysses Gomes.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 22/3/2011, a seguinte comunicação:

Do Deputado Bonifácio Mourão indicando o Deputado Fred Costa para membro efetivo da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Solanda Steckelberg Silva para Presidente da Fundação Clóvis Salgado, na vaga do Deputado Neilando Pimenta. (- Ciente. Publique-se.)



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 16/3/2011

O Deputado Luiz Carlos Miranda - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia, companheiros e trabalhadores desta Casa e mineiros de 838 Municípios que depositaram a confiança, por meio de seus votos, em Luiz Carlos Miranda nas eleições de 2010. Cumprimento os meus familiares e os trabalhadores de Minas Gerais.

Primeiramente gostaria de registrar uma notícia vinculada no jornal “Caldense”: (- Lê:) “Escola Ondina, de Engenheiro Caldas, sai na frente com 97 aprovados. O Ministério da Educação divulgou, no último dia 4, os nomes dos candidatos aprovados em primeira chamada para o Programa Universidade para Todos - ProUni -, que distribui 123.170 bolsas de estudo em aproximadamente 1,5 mil instituições de educação superior em todo o País. Nessa primeira fase, foram pré-selecionados 117.644 candidatos - 79.823 para bolsas integrais e 37.821 para parciais.

Engenheiro Caldas, com apenas 10.276 habitantes, destoou entre as demais cidades do País pelo alto índice de aprovação no programa. Foram 97 aprovados só na cidade: 1 para cada 106 habitantes, enquanto a média brasileira, incluindo as bolsas parciais, é de menos de 1 por 1.000 habitantes.”.

Com essa matéria, quero cumprimentar a Diretora, os professores e todos os serviços dessa escola, onde iniciei a minha alfabetização e a minha mãe trabalhou como servente escolar por mais de 20 anos.

Então, hoje cumprimos todos os caldenses por essa vitória conquistada pelos nossos conterrâneos.

Quero fazer duas reflexões com os nobres Deputados e Deputadas. Estou vendo o companheiro Celinho e a companheira Rosângela, que defendem a questão na direção do nosso Vale do Aço. A Usiminas, com é sabido por todos, durante décadas, foi uma empresa de ponta. Nos últimos dois anos, a Usiminas e o Vale do Aço estão pedindo socorro. É de conhecimento de todos que, nos anos de 2008 e 2009, a Usiminas teve uma direção desastrosa. A Usiminas foi totalmente dilapidada pelo Sr. Marco Antônio Castello Branco, que, naquele momento, transformou uma empresa de ponta e de tecnologia internacional em uma empresa de segunda categoria. Hoje a região do Vale do Aço se encontra assustada. Existem hoje duas Usiminas: a empresa constitucional mineira e japonesa e outra sediada em São Paulo, a Cosipa. Os acionistas estão desviando todos os investimentos que deveriam ser feitos no Vale do Aço, no Estado de Minas Gerais, para a usina de Cubatão. A Usiminas, que era uma empresa que se equiparava às japonesas e que, nos anos de 2006 e 2007, era a segunda fonte de renda do Estado de Minas Gerais, só perdendo para a Cemig, hoje caiu para o vigésimo lugar. Então, essa não é uma preocupação só para nós que moramos no Vale do Aço, mas para toda a população de Minas Gerais. Se a Usiminas não fizer, o mais rápido possível, um investimento, construindo uma nova aciaria e um novo alto-forno, Ipatinga, Usiminas e Minas Gerais serão uma simples e mera produtora de placas, o que não gera empregos nem renda, e, com certeza, em Ipatinga, serão demitidos cerca de 20 mil trabalhadores e trabalhadoras. Acho que isso será uma perda irreversível. Então, gostaria de chamar a atenção de toda a população de Minas Gerais para esse momento por que passa o grupo Usiminas. Por isso, apresentamos um requerimento para que esta Casa acompanhe e esteja vigilante 24 horas por dia, porque, depois que ocorrer o "tsunami", não adiantará vir aqui para trazer solidariedade. Será tarde.

Outra preocupação que temos é a questão do aeroporto de Ipatinga. A cidade tem um aeroporto que é um lixo. A região que possui o quinto PIB do Estado tem hoje um aeroporto que pede socorro e precisa o mais rápido possível de ampliação e modernização. Então, é preciso que os nobres companheiros saibam da real situação, pois, muitas vezes, quando falam do Vale do Aço, todos pensam que é mil maravilhas. Essa não é a verdade.

Na última semana, fiquei muito feliz quando o nobre colega Carlin e o Líder Rogério vieram de Brasília. Eles chegaram felizes. No dia anterior, eles estavam tristes, mas, no outro, chegaram todos cheios de alegria. Até o colega Celinho falou sobre a reunião que tiveram em Brasília com o Ministro Alfredo. Quero lembrar que, nos últimos oito anos, por diversas vezes, caravanas e mais caravanas do Vale do Aço e de todo o Estado de Minas Gerais estiveram em Brasília em reunião com o Alfredo, com o Lula e com



outros Ministros. Nós mesmos fizemos várias manifestações e vários atos públicos para que a BR-381 fosse olhada com mais carinho. Também quero lembrar que fico feliz com essa euforia trazida pelos nobres colegas e que desejo congratular-me com eles, mas não podemos nos esquecer de que, nesses últimos oito anos - e agora nos alegamos por ter uma Presidente mineira -, tivemos um Vice-Presidente de Minas Gerais que era mais Presidente que o Presidente.

No governo Lula, tivemos 4 ministros, 53 Deputados Federais e 3 Senadores, mas infelizmente nada foi feito, e milhares de trabalhadores, homens e mulheres, morreram na Br-381 e no anel rodoviário.

A Deputada Rosângela Reis (em aparte)* - Deputado Luiz Carlos Miranda, quero saudá-lo por estar aqui neste Parlamento mineiro, representando também o nosso Vale do Aço, a nossa querida Ipatinga.

Ao falarmos da empresa Usiminas, ressalto que se trata de uma empresa idônea e importante. Como sindicalista, V. Exa. sempre defendeu o trabalhador e os empregos, portanto sabe muito bem o quanto essa empresa tem beneficiado a nossa região, o nosso Estado de Minas Gerais, o nosso Brasil.

Entendemos sua preocupação, mas, na semana passada, foi divulgado nos jornais o grande crescimento das vendas do aço, que estão cada vez maiores. Além disso, sabemos da grande preocupação por estar havendo tantos desempregos, pois, para nós, isso é uma enorme catástrofe. Temos de intermediar a situação junto à empresa. Estamos confiantes, porque temos não só os empregos oferecidos pela empresa, mas também o imposto gerado na cidade. No ano passado, foi aprovado um orçamento de R\$680.000.000,00 em Ipatinga. Portanto, o que tem de ser feito é a intermediação política com o atual Prefeito dessa cidade, já que o imposto da Usiminas está sendo depositado em juízo. Isso está sendo feito. Temos de trabalhar uma intermediação política no Município para que a empresa não fique mais insatisfeita e deixe a cidade. Tenho certeza de que a cidade não será jogada às traças, porque a Usiminas é uma empresa de história, de nome, e que demonstra grande respeito pela comunidade.

Estamos também nessa luta. Pode contar comigo para fazermos a intermediação política com o Prefeito da cidade, que está notificando a empresa, oficiando o Ministério Público e fazendo repressão junto à empresa por causa dos impostos.

O Deputado Luiz Carlos Miranda - Obrigado, colega.

O Deputado João Leite (em aparte) - Serei rápido, pois sei que o tempo de V. Exa. está esgotando-se. Quero saudá-lo pela presença na tribuna da Assembleia Legislativa e também pelo seu pronunciamento. Hoje a Usiminas tem a sua frente o Wilson Nélio Brumer, de quem tive a oportunidade de ser companheiro. Na época, ele era Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais e eu, Secretário de Desenvolvimento Social. Sei que a Usiminas está em excelentes mãos.

Ao mesmo tempo, V. Exa. acrescenta outro tópico para todos nós que nos preocupamos com a vida na BR-381: a perda que ocorrerá em Minas Gerais, especialmente da Usiminas, por causa da BR-381. É claro que os acionistas da Usiminas vão investir na Cosipa em São Paulo, onde as estradas são boas. Chega-se com a produção ao porto muito rapidamente. Enquanto isso, Deputado Luiz Carlos Miranda, após oito anos do governo do PT, a BR-381 está daquela mesma maneira como Juscelino Kubitschek construiu, quando um caminhão levava 7t. Hoje as carretas levam 50t? V. Exa. domina essa matéria muito mais que eu. Mas V. Exa. traz essa outra questão: o prejuízo que o governo federal tem trazido para Minas Gerais. Agora estão prometendo uma comemoração, pois vem a duplicação, uma meia-sola para a BR-040.

No trecho mais violento da BR-040, há aproximadamente 35 viadutos, todos estreitos, e vêm falar em recapeamento meia-sola! É isso o que estão dando para Minas Gerais, Deputado Miranda.

Recentemente o Presidente Lula concedeu R\$4.500.000.000,00 em renúncia fiscal para a Fiat ir para Pernambuco; R\$1.000.000.000,00 para o polo acrílico da Petrobras ir para a Bahia. Por outro lado, V. Exa. mostra o que está acontecendo com a nossa Usiminas em Ipatinga, no Vale do Aço, Minas Gerais: a deficiência na infraestrutura, na logística da rodovia federal, do governo federal, a BR-381, está trazendo um grande prejuízo para Minas Gerais, para o Vale do Aço, para a Usiminas.

Portanto quero saudá-lo por seu pronunciamento, Deputado Miranda, pelo qual V. Exa. traz luz ao debate que temos travado. Temos falado das mortes ocorridas na BR-381, mas a isso V. Exa. acrescenta o prejuízo e o desemprego que o governo federal tem trazido para Ipatinga e Minas Gerais. Parabéns por seu pronunciamento. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Carlos Miranda - Obrigado, Deputado João Leite. Quero lembrar que, há algum tempo, circula pelo Brasil o livro "A Usina da Injustiça", que se refere a Volta Redonda. E é exatamente essa Volta Redonda, com a usina de injustiça, maltratando os trabalhadores, que hoje está levando placas para serem laminadas em Ipatinga, porque não estão produzindo em função do transporte que não temos. Ou seja, há um prejuízo e um aperto irreparáveis para o nosso povo de Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Luiz Carlos Miranda, quero parabenizá-lo por sua eleição e pelas contribuições que tem a dar a esta Assembleia Legislativa, como trabalhador e sindicalista. Também iniciei minha trajetória na política como dirigente sindical na União dos Trabalhadores do Ensino e, depois, na Central Única dos Trabalhadores, e acho que é sempre bom ter aqui mais um companheiro na defesa dos trabalhadores.

Hoje, felizmente, comemoramos mais um recorde de empregos no Brasil - com o compromisso feito pelo Presidente Lula e a luta das centrais sindicais, deixamos para trás a época do desemprego em massa, do governo Fernando Henrique, do PSDB, dos tucanos. Estou certo de que V. Exa. abraçará aqui a nossa bandeira de geração de emprego e renda para os trabalhadores. Parabéns a V. Exa., que engrossa a bancada dos trabalhadores e dos sindicalistas nesta Casa.

O Deputado Luiz Carlos Miranda - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Como dizia o saudoso Darcy Ribeiro, mineiro de Montes Claros, não vamos ficar a vida inteira nos resignando; vamos sempre nos indignar diante das coisas erradas que vemos neste país, e principalmente em Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco, que neste instante preside a reunião; os Srs. Deputados; as Sras. Deputadas; a imprensa; os funcionários desta Casa; os telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia e todos os que se encontram nas galerias.



Sr. Presidente, antes de começar a minha fala, gostaria de registrar a presença de dois grandes colegas Deputados e de cumprimentá-los: Jayro Lessa, que aniversariou ontem, e Wander Borges, ex-Secretário de Desenvolvimento Social. Desejo a eles muita saúde, boa sorte e bom desempenho nas suas funções.

Sr. Presidente, lamentavelmente, o fato que me traz a esta tribuna não é de proporcionar muita alegria, considerando que o dia de ontem - 15 de março - foi uma data triste na história do nosso Estado. Afinal, completaram-se 20 anos da extinção da MinasCaixa, instituição que não era somente um banco, mas referência de desenvolvimento, com unidades na maioria dos Municípios mineiros. Eram cerca de 400 agências espalhadas por todos os Estados, compostas por competentes e dedicados funcionários que prestaram o melhor dos seus serviços a essa entidade e ao nosso Estado. Foi, pois, em 15/3/91, exatamente nessa data, que o desastre aconteceu. A MinasCaixa foi fechada em decorrência de má gestão de vários dirigentes. A instituição foi utilizada por muitos como se fosse uma instituição pessoal, da qual poucos poderiam usufruir e por meio da qual pequeno grupo poderia alimentar suas ambições, o que reduziu o patrimônio desse Banco de forma lastimável. Ela, então, foi conduzida à intervenção do Banco Central, e pouco tempo depois foi decretado o seu fechamento.

O que resultou da MinasCaixa? E seus devotados funcionários, que, espalhados pelas cidades mineiras, em especial pelo interior, contribuíam para a economia de cada Município, visto que praticamente na maioria das cidades mineiras funcionava uma agência da MinasCaixa? Naquela época, os funcionários da instituição também fundaram e administraram a Prevcaixa, que era seu instituto privado de previdência e assistência médica, conhecida por todos como uma instituição sólida e compromissada como o bem-estar social da família MinasCaixa. A Prevcaixa era o orgulho dos funcionários e, com o fechamento da MinasCaixa, foi transformada e transferida por um e para um grupo gestor, passando a se chamar Previminas. Com o passar do tempo, os funcionários da extinta MinasCaixa, hoje servidores do Estado, perderam a sua referência dentro da própria Previminas e estão pagando um preço muito alto para continuar como beneficiários de um plano de saúde construído e constituído inicialmente por eles próprios. Infelizmente, ainda existe um funcionário da antiga MinasCaixa imbuído de profunda tristeza, tendo em vista diversos fatos não resolvidos, tais como as pendências com a Previminas - já citei parte delas em várias ocasiões em relação à Sobenca, ao Clube Minas Gerais, ex-Clube MinasCaixa, etc.

No que se refere à absorção dos funcionários da extinta MinasCaixa pelo Estado, por meio da Lei nº 10.470, de 1991, originária de um projeto de lei deste Deputado no início do meu primeiro mandato nesta Casa, ficou determinado que os funcionários fossem absorvidos pelo Estado, recebendo o mesmo vencimento que recebiam na instituição MinasCaixa. Mas essa lei que o Estado constituiu não determinou os locais para onde os servidores deveriam ser encaminhados, haja vista que muitos foram conduzidos para cargos inferiores, principalmente os que residiam no interior, o que os privou do exercício de sua capacidade profissional, chegando a causar-lhes descrédito social e perda de representatividade junto às comunidades.

O tempo foi passando, e o mesmo governo que determinou, legalmente, a absorção sem perdas de direitos e com vencimentos integrais retirou a vantagem pessoal dos funcionários, que representava, para muitos, o maior valor de sua remuneração, reconhecida dentro da própria Lei nº 10.470. Corrija-se: essa lei é do governo do Estado. A minha lei veio anos depois para corrigir essa distorção. E não era vantagem, apesar de receber esse nome; era a própria remuneração. Esses servidores, já desanimados e amargurados, perderam mais uma vez, sendo humilhados publicamente. Muitos caíram em forte depressão, outros perderam a própria vida.

Tal situação durou seis anos, de 1994 até o ano de 2000, quando, nesta Assembleia Legislativa, aprovamos uma lei de minha autoria com participação dos companheiros desta Casa, que cotaram a seu favor. Depois de anos de trabalho e esforço junto com os ex-funcionários, conseguimos resgatar a vantagem pessoal e, com ela, mais do que o valor pecuniário, a dignidade e a honradez de uma categoria de servidores, trabalhadores abnegados da extinta MinasCaixa, instituição que nunca deveria ter sido fechada ou destruída, se preferirem. Realmente, para eles, foi um momento de grande vitória, de grande conquista.

Atendendo à minha solicitação, felizmente, o Governador Anastasia enviou a esta Casa projeto de lei para a recomposição do valor da vantagem pessoal em 10%, retroativo a maio de 2010, naquele aumento dado ao funcionalismo público de todo o Estado e que, mais uma vez, os funcionários da extinta MinasCaixa absorvidos pelo Estado ficaram sem receber. O Governador, reconhecendo a necessidade da recomposição dessa diferença, mandou para esta Casa um projeto de lei para ser votado aqui, neste primeiro semestre. Ele, que conhece esta causa e acompanha a nossa luta pelos servidores da MinasCaixa, que participa, mesmo antes do fechamento dessa instituição, com conhecimento prévio de toda a situação desses funcionários, tem todo o sentimento de solidariedade para corrigir um pouco essas distorções, com possibilidade de agora mudar definitivamente esse nome de “vantagem pessoal” - não se trata disso - para “valor remuneratório” ou “parcela de vencimento básico remuneratório”. É remuneração, e seu nome tem de voltar a ser esse.

Estamos, pois, acompanhando esse projeto de lei e vamos tentar, com a Secretária Vilhena, na próxima semana, fazer uma emenda a esse projeto para que o governo mande ou nos autorize recuperar o termo “vencimento básico remuneratório” em vez de “vantagem pessoal”.

Assim, poderemos tornar desnecessário o projeto de lei de nossa autoria, em que pleiteamos a mudança do nome de “vantagem pessoal” para “vencimento básico remuneratório”.

Aproveito também esta oportunidade para convidar os funcionários da extinta MinasCaixa que fizeram parte da fundação da Prevcaixa, à época, hoje Previminas, do Clube Minas Gerais e da Sobenca para que continuem participando ativamente daquilo que contribuíram para que se tornasse realidade. Apoio a convocação que a Diretoria do Clube Minas Gerais está fazendo para que, no dia 9 de abril, os antigos funcionários da extinta MinasCaixa compareçam a um encontro, que ocorrerá das 10 às 16 horas, não para comemorar a data triste dos 20 anos - jamais -, mas para reagrupar velhos amigos, colegas de trabalho de toda a história daquele banco que tanto orgulho trouxe para nosso Estado. Após 20 anos por diversos caminhos, o sentimento de família jamais acabou e os domina até hoje.

Reafirmo aos nobres colegas que continuarei na luta em defesa dos ex-MinasCaixa e que em todo ano falarei neste dia, não com expressão de alegria, mas recordando esse triste fato para que outros jamais venham a acontecer em nosso Estado. Uma instituição



segura financeiramente como era a MinasCaixa, ex-Nossa Caixa, ex-caixa de todos os mineiros, não poderia ser despedaçada como foi por um grupo de poucos. A MinasCaixa perdurará no coração dos mineiros, em especial no coração daqueles servidores que dedicaram sua vida, seu trabalho, seu conhecimento, sua competência e seu esforço pela família de todos os mineiros e em defesa do desenvolvimento de toda Minas Gerais.

Quero também cumprimentar os novos colegas em meu primeiro pronunciamento na 17ª Legislatura, grandes colegas, provenientes de cidades e regiões, com uma grande folha de trabalho já prestada aos cidadãos mineiros. Desejo-lhes uma boa estada nesta Casa, que realizem seus sonhos e os daqueles que lhes confiaram seus votos. O mandato não é nosso, cada um de nós só tem um voto. Se estamos aqui por causa de milhares de votos de mineiros, foi porque acreditaram em cada um de nós. Estamos representando-os porque não poderiam estar aqui na quantidade em que votaram. Portanto, que cumpram bem esse papel e se realizem em plenitude pessoal, atendendo os apelos e a confiança do povo que acreditou em cada um de vocês. Cumprimento a nova Mesa, na pessoa do Deputado Inácio Franco, do nosso querido PV. Desejo-lhes muito êxito e sucesso nos dois anos de profícuos trabalhos na direção da nossa Assembleia. Somos um grupo, um time, ninguém faz nada sozinho e precisamos somar esforços, estando juntos em todas as causas em defesa do povo mineiro.

Quero ainda comentar - aliás vamos agora para a Comissão de Política Agropecuária - um fato que aconteceu hoje. Estivemos com o Secretário de Meio Ambiente solicitando o seu apoio na questão dos licenciamentos ambientais. Estamos em um momento de transição na Secretaria de Meio Ambiente. O Secretário Adriano Magalhães está se empenhando na reorganização da equipe, dos órgãos ambientais no Estado, fundindo-os em um único, mas com grandeza ainda maior de prestação de serviços ao povo de Minas Gerais, principalmente no que diz respeito à redução das burocracias, da demora nas liberações para quem deseja produzir neste Estado. Estamos sempre ao lado do produtor rural, defendendo os que produzem, fornecem empregos e estão em busca do crescimento do Estado. Sabemos que isso não acontece apenas em Minas Gerais. O Brasil tem-se estabelecido como o País que está superando a crise financeira mundial, principalmente, graças ao homem do campo, ao agronegócio e ao “varejismo” deste país. Esses são os dois setores que mais empregam no nosso país. Tive oportunidade de ouvir uma comparação feita aqui: se o recurso destinado à implantação de uma empresa de automóvel, como a Mercedes Benz em Juiz de Fora, fosse empregado no campo, resultaria de 100 a 200 vezes mais empregos do que nessa empresa. É o campo que mais produz e que maior renda dá a todo cidadão. Para terminar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejamos muito sucesso a todo o secretariado do governo, mas fundamentalmente ao Secretário Adriano Magalhães e a sua equipe, para que desenvolvam um trabalho que dê celeridade aos processos que pairam nessa Secretaria e que muitas vezes demoram um tempo extraordinário, trazendo grande prejuízo a quem quer produzir e contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado. O Secretário está muito consciencioso e determinado a realizar um grande trabalho em prol da celeridade e da redução extrema da burocracia do governo, principalmente em relação às causas ambientais, minerais e relativas à produção rural. Essas são as minhas considerações da tarde de hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público presente, boa tarde. Gostaria de cumprimentar o Vereador Tininho de Brasília de Minas e, em seu nome, cumprimentar também todos os Vereadores do Norte de Minas, os estudantes que se encontram nas galerias e toda a população mineira que nos acompanha em mais de 400 cidades de Minas, pela TV Assembleia. Srs. Deputados, venho a esta tribuna primeiramente para agradecer o Norte de Minas, os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, que me reconduziram ao segundo mandato com uma condição muito favorável. Tive uma bela “performance” nas urnas, dobrando o número de votos do primeiro para o segundo mandato. Então gostaria de agradecer - pois ainda não o havia feito - a todos os nossos eleitores e colaboradores que nos mantêm nesta Casa para defender o Norte do Estado, os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, o Noroeste, enfim, as regiões mais pobres do Estado.

Venho a esta tribuna hoje especificamente para fazer denúncia de um fato ocorrido nesta Casa no dia 16 de dezembro do ano passado. Fiquei quase a legislatura passada inteira utilizando-me desta tribuna quase todas as semanas para denunciar a indústria da multa e a perseguição que os taxistas do Estado vinham sofrendo por parte dos fiscais do DER. Especialmente no Norte de Minas, na região de Teófilo Ottoni, a perseguição era intensificada e patrocinada por algumas grandes empresas de ônibus do Estado. Depois de tantas denúncias e várias audiências públicas para discutir o tema, fui surpreendido, ao chegar aqui neste ano, com a aprovação, sem nenhuma discussão por esta Casa, de uma lei que vem realmente regularizar as ações criminosas dos fiscais do DER e beneficiar apenas meia dúzia de grandes empresas de ônibus do Estado. Só que minha denúncia era mais grave, porque a lei sobre a qual estou falando, o Projeto de Lei nº 3.725/2009, que estava tramitando nesta Casa e que dispõe sobre a apreensão de veículos em “blitz” ou em posto da Polícia Rodoviária Estadual e dá outras providências, dizia o seguinte: “A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta: Art. 1º - Os veículos apreendidos por irregularidade no Estado em “blitz” realizada em rodovias estaduais ou postos da Polícia Rodoviária Estadual deverão permanecer no posto responsável pela operação pelo prazo de 48 horas. Art. 2º - O prazo constante no artigo anterior será contado a partir da apreensão do veículo e tem como finalidade dar ao infrator, quando possível, a oportunidade de sanar a irregularidade no local da infração, conforme disciplina o § 1º do art. 270 do Código Nacional de Trânsito”.

Esta era a lei que estava em tramitação nesta Casa, de autoria do Deputado Dinis Pinheiro, hoje Presidente. É uma lei importante, justa, que tem como objetivo dar oportunidade ao proprietário de veículo preso em uma “blitz”, rebocado por infração. Se a infração fosse por um problema de pagamento de documentos, de IPVA, por exemplo, o condutor poderia, num prazo de 48 horas, ir a um banco, pagar e voltar para buscar o veículo. É uma boa intenção do nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, é um projeto ótimo. Entretanto, fizeram um substitutivo no apagar das luzes e aprovaram outro projeto - Deputado Luiz Henrique, o senhor é do Norte de Minas e sabe do que estou falando - que não tem nada a ver, que não tem uma vírgula do que trata o projeto original do Deputado Dinis Pinheiro. O substitutivo do Deputado Gustavo Valadares vem apenas dar aos fiscais do DER autonomia para continuar o terrorismo contra mais de 50 mil pais de família, mais de 50 mil táxis no interior do Estado que prestam serviço, que ajudam a população.

O projeto de lei que foi aprovado, Srs. Deputados, não tem nada a ver, não tem uma vírgula de acordo com o projeto original. O projeto que foi aprovado estabelece uma série de critérios que proíbem o cidadão de pegar um táxi de Manga para Montes Claros; que



proíbem o cidadão de pegar um táxi de Carai para Teófilo Otôni; que proíbem o cidadão de pegar um táxi de Sete Lagoas para BH; que proíbem o cidadão de pegar um táxi de Timóteo para Ipatinga, e assim por diante. Esse é o texto que foi aprovado e que está proibindo o cidadão de Minas Gerais do direito de ir e vir, com uma única finalidade: favorecer meia dúzia de empresas de ônibus. Isso é um absurdo, é inaceitável.

Seria até interessante se tivéssemos 1 hora para discutir esse assunto, porque 15 minutos é muito pouco. Vejamos mais, as sanções não param por aqui. Além de proibir o direito de transporte por táxi no Estado, ainda estabelece uma série de penalidades absurdas. Por exemplo, serão aplicadas às pessoas físicas e jurídicas que realizarem transportes clandestinos de passageiros as seguintes sanções: multa de 500 Ufemgs e apreensão do veículo. O valor da multa, de acordo com o inciso I desse artigo, será duplicado a partir da primeira reincidência. E mais: 25 Ufemgs por dia de apreensão, ou seja, se o táxi do sujeito ficar preso por 30 dias, além do pagamento de 500 Ufirs, ele vai pagar mais 750 Ufemgs. Somando isso, como a Ufemg é mais de R\$2,00, ele vai pagar quase R\$3.000,00 para tirar o táxi. Enfim, isso extermina a atividade dos taxistas das pequenas cidades do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Gustavo Valadares, que mora na Capital, vem propor mudança no substitutivo - que gostaria de apelidar, Deputados Antônio Júlio e Rogério Correia, de substitutivo "frankenstein". Como diz o meu colega Sávio Souza Cruz, é mais que isso, é "frankenstein" com trâmite viciado, trâmite Ben Johnson, rápido e viciado. Para exemplificar, citamos cidades como Chapada Gaúcha e Miravânia, no Norte do Estado de Minas Gerais, onde não há nem sequer linha de ônibus, onde só existem táxis. Citamos também a cidade de Ibiracatu. Vocês precisam conhecer melhor o Estado. O maior absurdo é o governo estadual sancionar essa lei sem nenhum veto. E essa lei vai ainda mais adiante, pois não barrou apenas os taxistas. Colocaram uma série de penduricalhos e alguns absurdos que mudaram outra lei, que não tem nada a ver com isso. Um trecho da lei, em seu § 4º, estabelece: "Na hipótese de citação de nomes de autoridades homenageadas na placa de inauguração a que se refere o 'caput', poderão ser incluídos nomes de parlamentares que tenham contribuído para a realização da obra." Até isso! Interferiram no projeto de lei do Dinis, que não tinha nada a ver. Estabeleceu proibições aos taxistas, favoreceu cinco empresas de ônibus do Estado e ainda autorizou a inclusão de nome de parlamentares em obras. Tudo isso consta nesse substitutivo "frankenstein", com um trâmite Ben Johnson, como diz o Deputado Sávio Souza Cruz, rápido e viciado.

Esperamos que o Governador tenha bom-senso e que o Tribunal de Justiça e o Ministério Público tomem as providências para tornar essa lei inconstitucional, lei viciada, que tirará o emprego de mais de 50 mil pessoas no Estado. Que o governo do Estado, imediatamente, dê ordem ao DER para o não cumprimento desse absurdo aprovado nesta Casa e sancionado pelo Governador.

É com muito prazer que eu gostaria de ouvir a explicação do Deputado Gustavo Valadares. Deputado, que motivo o levou a prejudicar tanta gente?

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - V. Exa. levanta a bola para eu poder chutar. V. Exa. está defendendo o transporte clandestino, e eu sou contra. A licença para transporte de táxi é municipal. O taxista tem licença para trabalhar e rodar no Município, e jamais, em lugar algum do mundo...

O Deputado Paulo Guedes* - Se me permite dizer, então você não mora em Belo Horizonte, porque o táxi de Belo Horizonte pode levar um passageiro a Confins.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - V. Exa. não entende essa lei. Existe o táxi metropolitano. V. Exa. precisa estudar melhor as leis do seu Estado e representar melhor os seus eleitores, a começar sabendo que uma licença de táxi é municipal e jamais poderá ultrapassar os limites do Município.

O Deputado Paulo Guedes* - V. Exa. está equivocada. Qualquer pessoa no Brasil pode pegar um táxi em São Paulo e vir a Belo Horizonte.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - V. Exa. então está defendendo o transporte clandestino, perueiro, que Belo Horizonte e outras cidades do Estado lutaram muito para extinguir.

O Deputado Paulo Guedes* - De jeito nenhum.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - O que fizemos foi regular a fiscalização. Não mudamos a lei, não proibimos o taxista de fazer o transporte intermunicipal, porque isso era proibido na lei.

O Deputado Paulo Guedes* - A lei é que proíbe, por decreto.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - E mais: um colega de V. Exa., do seu bloco parlamentar, Deputado Adalclever Lopes, a quem respeito muito, foi, comigo, relator do projeto do substitutivo na Comissão de Transporte. Então comece V. Exa. a questionar essa lei dentro da sua casa, debaixo do seu teto, antes de fazer acusações irresponsáveis. V. Exa. já foi meu colega durante quatro anos aqui, ficará meu colega por mais quatro anos, e espero que passe a me respeitar e estude a minha história. Não estou aqui defendendo "lobby" de ninguém, estou defendendo e continuarei defendendo o que é direito. Sou contra o transporte clandestino e continuarei a defender que trabalhem e tenham condições de trabalhar aqueles que têm a concessão para tal serviço. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes* - Deputado Gustavo Valadares, não estou falando de transporte clandestino, mas do taxista que tem autorização, que tem placa, que paga imposto. É esse taxista que estou defendendo, e as pequenas empresas que têm CNPJ, que pagam imposto ao Estado. Vocês estão penalizando todos os pequenos - as pequenas empresas e os taxistas regulares. A lei é muito clara: o táxi que pegar um passageiro em Manga e deixá-lo em Montes Claros, se pegar um passageiro em Montes Claros para levar a Manga, é multado em 500 Ufirs. Se ficar 30 dias, paga mais 750 Ufirs, dobrando a pena quando reincidir. Isso é o fim do taxista, porque, Deputado Antônio Júlio, que conhece muito bem as cidades pequenas do interior de Minas Gerais, e Deputado Tadeuzinho Leite, não tem sentido táxi em Capitão Enéias, se não for para levar um passageiro a Montes Claros. Ninguém pega um táxi para rodar em Capitão Enéias, ninguém pega um táxi para rodar dentro de Brasília de Minas, ninguém pega um táxi para rodar dentro de Confins. O táxi de Confins é para trazer passageiros a Belo Horizonte. Ninguém pega um táxi para rodar dentro de Chapada Gaúcha; o táxi de Chapada Gaúcha é para levar passageiros a Januária, a São Francisco, a Arinos, a Brasília. Está tudo errado.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado Paulo Guedes, estou ouvindo-o atentamente. Propus a criação da Região Metropolitana de Montes Claros como solução para o Norte de Minas. Gostaria de contar com seu apoio. Dessa forma construiremos



os limites da cidade de Montes Claros, bem como o colar metropolitano. Podemos, com isso, oficializar os táxis metropolitanos em nossa região. Acho que a saída é essa. Temos de chamar não só o governo do Estado, mas também o governo federal para pensar o transporte ferroviário. Não podemos ver as estradas matando tanto. É isso que temos de pensar. Essa Região Metropolitana de Montes Claros poderia vir a legalizar esse transporte, criando-se não só a região, mas o colar metropolitano. Muito obrigado pelo aparte, Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes* - Obrigado, Deputado Luiz Henrique, a ideia de V. Exa. é excelente. Acho que esta Casa tem de analisá-la com rapidez. Esse projeto tramitou no apagar das luzes aqui nesta Casa. Esse tipo de coisa não pode acontecer. Sr. Presidente, no final do ano acumulam-se muitos projetos para ser votados, como Orçamento, lei delegada, enfim, uma confusão enorme. Então, colocar um projeto desse, em que os Deputados acham que estão votando o projeto do Deputado Dinis Pinheiro e, ao mesmo tempo, desapercivelmente, votam uma penalidade contra milhares de pessoas do Estado, não podemos admitir. Trata-se de defesa de pequenos grupos. Muito me admira o Deputado Gustavo Valadares vir aqui dizer que não está defendendo as empresas. Está defendendo um grupo de empresas, pois isso aqui visa apenas proteger as grandes empresas de ônibus do Estado. É claro e evidente que há aqui uma segunda intenção nesse projeto. Ninguém viria aqui da noite para o dia para propor uma lei tão absurda no apagar das luzes para ferir, impedir, tirar o emprego de milhares de pessoas, de mais de 50 mil taxistas legalizados. Não estou falando de transporte clandestino, mas de mais de 50 mil taxistas legalizados, que pagam impostos, que trabalham e que precisam sustentar suas famílias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Liza Prado - Boa tarde a todos. Quero apresentar um requerimento referente às licenças ambientais para as comunidades pesqueiras. É impressionante como a comunidade que trabalha com a agricultura familiar por meio do pescado consegue melhorar a renda familiar. Percebemos que o Estado de Minas Gerais, um grande produtor, inclusive de peixes ornamentais, produz, cria, mas quem leva vantagem, quem exporta é o Estado de São Paulo. As comunidades têm passado por muitas dificuldades por não conseguirem a liberação ambiental. A Ministra da Pesca esteve em Minas Gerais, conversou com o Governador. Espero que tanto a superintendência quanto as Secretarias afins agilizem, o mais rapidamente possível, as licenças ambientais. Iraí de Minas tem oito comunidades de produtores rurais que, agora, para complementar as suas rendas, estão com alguns tanques de peixes. O mesmo acontece em Uberlândia e em Araguari. Poderia ser uma fonte de renda para os assentamentos que não conseguem apoio técnico, em que as mulheres e os homens têm dificuldade de obter uma renda melhor. Às vezes produzem queijo, um docinho, uma verdura, mas isso não é suficiente para sobreviverem. Têm na pesca uma grande alternativa para a solução desse problema, mas convivem com a dificuldade de ter a licença ambiental. O Governador do Acre apresentou uma medida interessante: diminuir o módulo de hectares da exigência da lei para licença. São pequenos públicos de comunidades rurais que não precisariam de licença, já estariam liberados. Com certeza, o Governador Anastasia acatará nosso pedido, ouvirá a Ministra, e agilizaremos a licença, isso beneficiará a merenda escolar. Como Deputado Federal, Elismar Prado foi grande incentivador dessa lei, sabe que o pescado pode fazer parte da nossa alimentação e melhorar a alimentação das nossas crianças.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Agradeço a Deputada Liza Prado e parabênizo a iniciativa de V. Exa., que está em uma atuação combativa e firme junto às comunidades pesqueiras. Sabemos do gigantesco potencial de recursos hídricos que o Estado de Minas tem. Realmente, precisamos estabelecer políticas. Espero que o Estado tenha sensibilidade de fazer sua parte, para que possamos inserir esse assunto na discussão da agricultura familiar. No Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS - em Brasília, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - foi um dos itens do projeto de minha autoria que originou a nova lei da merenda. O programa se originou a partir do projeto de minha autoria, que concedeu merenda escolar a todos os alunos do ensino médio, que antes não a recebiam. Ao mesmo tempo, colocamos o item nessa lei que diz que 30 % dos recursos do orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar é destinado para a compra direta dos produtos da agricultura familiar, o PAA. Seria extraordinário inserirmos o pescado no contexto de incentivo à agricultura familiar, incluindo-o inclusive na merenda, gerando, assim, uma alimentação mais saudável aos estudantes. Da mesma forma, isso gerará muito emprego e renda a essas comunidades, como já ocorre na zona rural, onde milhares de famílias recebem o recurso do PAA facilitado, sem burocracia. Assim, têm sua renda, fornecendo os produtos para a merenda escolar.

Gostaria de parabenizar V. Exa. pela iniciativa e por esse brilhante trabalho que beneficiará muito as comunidades do Estado de Minas. Estou inscrito para falar, mas não haverá tempo disponível nessa fase. Parabênizo também os estudantes pelo movimento em defesa do novo marco regulatório e da proposta de criação do fundo social do minério. Como sabemos, Minas é o Estado que detém as maiores riquezas minerais, fazendo jus ao seu nome. Em outro momento, repercutirei a campanha do movimento estudantil, lendo, até mesmo, o documento da União Colegial de Minas Gerais, filiada à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES -, à União Estadual dos Estudantes - UEE - e à UFMG. Parabênizo toda a juventude pela campanha. Procuraremos maiores espaços para reproduzir e defender essa bandeira. Obrigado, Deputado Liza Prado. Parabéns pela iniciativa e pelo trabalho em defesa das comunidades do Estado de Minas, principalmente no que diz respeito à pesca.

A Deputada Liza Prado - Deputado Elismar Prado, estou apresentando requerimento a várias secretarias do governo para agilizar as licenças ambientais, para ser mais rápido e fazer um trabalho junto à Superintendência responsável pelo combate à fome. Essa é uma proposta da Presidente Dilma, que estará amanhã em Uberaba, para que a miséria e a fome sejam combatidas. A questão da pesca pode ser uma das saídas para isso, pois Minas tem enorme potencial.

Para que possamos ter um aquífero naquela região, apresentarei propostas também nesse sentido. Quando tivermos um tempo mais extenso, gostaria de falar nisso.

Sr. Presidente, aproveito para falar mais sobre a alimentação. Apresentei um projeto importante para nossas crianças e adolescentes do Estado de Minas Gerais, no sentido de regulamentarmos a publicidade de alimentos destinada a crianças e adolescentes quando os alimentos ou bebidas apresentarem alto grau de gorduras "trans", baixo teor nutritivo, ou quando os produtos utilizarem personagens



infantis ou celebridades para chamar a atenção das crianças. A publicidade faz uso da falta de formação completa das crianças, fazendo com que elas sejam induzidas a um consumismo exacerbado.

Quem nunca foi ao supermercado com uma criança que não quer a bolsa da “Hello Kit”, o Toddyinho que tem um determinado personagem ou um Danoninho porque alimenta não sei de que forma? Essa maneira de consumir determinados alimentos, principalmente “fast foods,” por causa de um brinquedo, incentiva a criança a não ter uma alimentação saudável e a ser induzida pela publicidade. Então, estou apresentando também esse projeto para que se estipule um horário para essas publicidades, a fim de que as crianças não queiram consumir apenas bebidas com alto teor de sódio ou baixos nutrientes. Na verdade, esse é um projeto interessante. Estou regulamentando o horário em que deve ocorrer essa publicidade. Sei que não é uma matéria fácil. Quem trabalha com criança e adolescente entende que esses não podem ser utilizados como mercado nem preço por esse consumismo do sistema capitalista. O interesse financeiro não pode falar mais alto do que a formação total e intelectual da criança. É preciso regulamentar mesmo. Criança não pode ser alvo disso. Muitos países da Europa e os EUA já têm regulamentada essa matéria. Solicito a todas as Comissões que colaborem com esta Deputada para que esse projeto seja aprovado e realizemos um trabalho. A Anvisa apresentou uma resolução que não aguentou a pressão da indústria, cujo “lobby” é muito forte.

Portanto é preciso que os conselhos tutelares, as promotorias da infância e da juventude, as associações, a população e a sociedade civil sejam mais fortes, assim como este Parlamento, para não aceitar esse tipo de interferência e regulamentarmos essa matéria. A Constituição Federal nos permite isso, assim como o Estatuto da Criança. Temos legislações suficientes e autonomia para regulamentá-la. É uma matéria concorrente. Naquilo que couber à lei geral podemos legislar. É uma matéria constitucional e tem um apelo em todos os aspectos.

Então, espero obter o apoio desta Casa para discutirmos esse assunto que considero bastante importante. Além disso, que realizemos os debates necessários para que as nossas crianças não sejam alvo dessas publicidades ou desses brinquedos, que, às vezes, nem são regulamentados pelo Inmetro. A fiscalização deixa muito a desejar, pois faltam funcionários nos órgãos de defesa do consumidor.

Portanto estou apresentando esse requerimento. Aproveito para explicitar também a minha preocupação com o número de reclamações que recebemos referentes aos radares. Ontem a Comissão de Defesa do Consumidor apresentou uma documentação por unanimidade. A partir daquela matéria veiculada no Fantástico e após a manifestação da Comissão de Defesa do Consumidor quanto à suspeita de contratos com irregularidades, estamos recebendo telefonemas a todo momento de pessoas questionando essa indústria da multa. Aqueles aparelhos parecendo monstros ficam a espreitar para bater a carteira do contribuinte e do consumidor e, muitas vezes, não são para educar, mas, sim, punir. Quanto ao que for correto ou certo, precisamos tomar muito cuidado, porque há muitas Prefeituras que fizeram essas licitações. Os radares são importantes para conterem, às vezes, a irresponsabilidade de muitos motoristas, mas precisamos tomar cuidado. Espero que os Deputados colaborem por meio de documentos e propostas, para que a Comissão faça uma apuração decente, responsável e muito séria, a fim de não permitirmos que matérias como essas venham a ocorrer nas nossas cidades e haja esse tipo de comportamento por aqui.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rômulo Viegas* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público das galerias, venho pedir a atenção principalmente daqueles que nos assistem neste momento, pois os debates entre Oposição e Situação são muito ricos e temos necessidade de fazer esclarecimentos. Alguns integrantes do Bloco Minas sem Censura, da Oposição, já disseram várias vezes que precisam sair correndo daqui para Brasília e chamar a atenção da Presidente Dilma para que ela não prejudique Minas Gerais, em função dos pronunciamentos do nosso grande estadista, ex-Deputado Federal, ex-Governador e atual Senador Aécio Neves. Ou seja, entende-se que o Bloco Minas sem Censura não admite censuras, mas lá tem que haver censura. Se o Senador Aécio Neves fizer críticas, ou seja, seu trabalho de oposição, teremos censura? Isso é extremamente preocupante, porque o trabalho da Oposição e da Situação é o debate das ideias e a riqueza da exposição de suas proposições. Mas há uma incoerência, pois, se o Senador Aécio Neves externar o que pensa a respeito de várias ações do governo federal, Minas Gerais será prejudicada, e o Bloco Minas sem Censura terá que correr para Brasília para alertar a Presidente Dilma.

Parece-me que a Presidente Dilma é mais carioca do que mineira, porque tem um olhar diferenciado para o Rio de Janeiro, como mostrou no caso das enchentes e do incêndio nos barracões das escolas de samba. Minas Gerais está aguardando. E vamos aguardar, Deputado Inácio Franco, os reflexos do que aconteceu com a economia japonesa na economia mineira, pois são nossos parceiros. E o Bloco Minas sem Censura terá que correr a Brasília, pois, se a voz do grande estadista Aécio Neves fizer críticas ao governo federal, Minas poderá ser prejudicada. Isso é difícil de entender.

Há ainda mais. Quero fazer um alerta no Plenário desta Casa, pois estou muito preocupado com os nossos Prefeitos. V. Exa., Deputado Inácio Franco, deve ter também vários amigos nos Executivos Municipais. Quando os Prefeitos mineiros assinam convênios com o governo do Estado, em 15, 20 dias o dinheiro está na conta para a realização das obras. Ah, Deputados Fabiano e Bosco, quando isso acontece com o governo federal é uma luta. As construtoras ficam nas portas das prefeituras querendo receber, e os Prefeitos sem condições de pagar, pois não há repasse dos recursos conveniados. Aí dizem que os Prefeitos não sabem fazer projetos. Estranho. Então, como eles conseguem fazer projetos para Minas Gerais? Eles conseguem. Entretanto, com o governo federal é uma dificuldade, e muitos Prefeitos estão sendo cobrados nas portas de casa e de prefeituras. Há algumas obras inacabadas e outras acabadas, mas o dinheiro não sai.

Então deixo uma pergunta: é um estardalhaço de “marketing” em relação à distribuição desses recursos financeiros? Criticam muito Minas Gerais pela publicidade. O ex-Presidente Lula gastou R\$3.000.000.000,00 em publicidade, três vezes mais que o seu antecessor. Entretanto, o Bloco Minas sem Censura diz que isso ocorreu porque muitas obras foram revisadas e tiveram de divulgá-las. Para nós não pode, mas para o lado de lá sim. Essas coisas realmente nos preocupam.

Gostaria que você que nos assiste ficasse atento agora com ótimas notícias. Com todos esses problemas, Minas Gerais tem um super-PIB, um hiper-PIB. Quero parabenizar o Governador Anastasia e o ex-Governador Aécio Neves, que traçaram essa trilha de desenvolvimento em nosso Estado, e agora colhemos os frutos, pois a economia de Minas está forte, aqueceu-se, bateu recorde



nacional para o Presidente. A média nacional é de 7%, e Minas atingiu a marca de 10,9%. O Deputado João Leite vai contribuir conosco falando sobre o PIB.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Rômulo Viegas. V. Exa. faz um discurso importante e trata da questão da Oposição na Assembleia Legislativa. Isso é interessante, pois este Parlamento possui uma norma, o Regimento Interno. Ontem houve algumas manifestações da Oposição nesta Casa. Parece que vamos ter de repensar a maneira pela qual vamos nos tratar aqui. Lemos nas notícias de hoje que a Oposição está pichando Belo Horizonte. Há casas pichadas com dizeres do Bloco Minas sem Censura e da violação do Regimento da Assembleia Legislativa.

É importante dizer também que tivemos uma eleição em que o nosso Governador venceu em primeiro turno. Nós, do PSDB, e os outros partidos que compõem a base do governo fomos escolhidos para apoiar este governo na Assembleia Legislativa. Não abrimos mão disso. O povo de Minas Gerais escolheu em primeiro turno o Governador. Os Deputados João Leite, Rômulo Viegas, Fabiano Tolentino e Bosco, uma grande base, apoiam o Governador Anastasia. Vamos apoiá-lo, e nada nos vai fazer recuar dessa decisão. Apoiamos por entendermos que é um governo vitorioso em Minas Gerais. A população também fez essa avaliação. Vejam os números auspiciosos. Como V. Exa. disse muito bem, o hiper-PIB de Minas Gerais. Na série histórica que se iniciou em 1995, esse é o maior PIB que Minas Gerais já alcançou. O crescimento de Minas é de mais de 10%. É assim que se governa um Estado. Tivemos oportunidade de fazer parte do governo Aécio Neves, V. Exa. como Secretário do Trabalho, eu estava na Secretaria de Desenvolvimento Social, e pudemos perceber como este Estado foi administrado. Com rigor. Hoje estamos colhendo. Minas Gerais está colhendo esses dados, que são históricos no nosso Estado.

Deputado Rômulo Viegas, o sucesso do Senador Aécio Neves - sucesso reconhecido pelo povo de Minas Gerais e do Brasil, pelo PSDB, partido do Senador, e também por vários partidos e pela população - incomoda muito a Oposição. A Oposição está mirando no Senador Aécio Neves, está tentando bater no Senador. Entretanto, quanto mais ela o fizer, mais ele crescerá. Ele está incomodando. Eles também tentam bater no nosso Governador Anastasia, gestor aprovado, mas ele segue apresentando esses números. Ao lembrar do nosso Governador, lembro-me sempre de um pensamento cristão: quem não planeja planeja fracassar. Mas o Governador Anastasia sempre faz o contrário: planeja sempre. Por isso Minas Gerais está colhendo essa grande vitória.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Acompanhamos com muita alegria os números do governo de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Rômulo Viegas* - Obrigado, nobre Deputado João Leite, grande Líder e amigo, irmão em fé.

Quero dizer novamente para você que nos assiste: precisamos estar atentos ao pronunciamento para saber se ele tem coerência ou não. Se aqui não pode haver censura, Brasília também não pode admiti-la. E não será a voz do grande líder Aécio Neves que prejudicará Minas Gerais. Afinal, entendo claramente que a Presidente Dilma, por todo o seu currículo e histórico, é uma democrata. Por isso não vejo necessidade de correria do bloco da Oposição para Brasília a fim de, como foi dito da tribuna, minimizar as vozes do querido Senador Aécio Neves. Um parlamentar desta geração, Deputado Federal por mais de 16 anos, Deputados Fabiano Tolentino, Bosco, Pompílio Canavez e André Quintão, homem público, por oito anos Governador neste Estado, sem nada a manchar sua vida pública, é realmente de se elogiar. Tenho certeza de que ele ainda contribuirá muito para o Estado e para o País.

Há uma reflexão que também gostaria de deixar registrada aqui. No meu entendimento, Oposição e Situação, Deputado Bonifácio Mourão, caro Líder, devem se debater com muitas ideias. Mas há momentos em nossa história em que tanto a Situação quanto a Oposição devem buscar elogios para os gestores, sejam eles Prefeitos, sejam eles Governadores, sejam eles Presidentes. Isso porque cada um deles deu sua contribuição, ajudou no crescimento deste país. Observamos isso, Deputado Bonifácio Mourão, sabe por quê? Olhe que interessante; busquemos nos anais desta Casa um pouco da nossa história. Quando o Governador era o atual Deputado Federal Newton Cardoso, havia aqui uma oposição veemente a ele, uma crítica rigorosa, ferrenha. Passou-se um tempo e os que o criticavam o apoiaram na candidatura ao governo de Minas e ao Senado. Muito bem, é uma evolução, troca de ideias, melhorou-se o pensamento. O ex-Presidente Fernando Collor, que, sem dúvida alguma, no meu entendimento, abriu o comércio brasileiro - ele teve essa grande façanha em sua vida pública -, foi criticado por todos nós, pelo meu partido, PSDB, sofreu "impeachment" e hoje está de braços dados com a companheirada do PT, nos corredores do Planalto. Isso é evolução. Há momentos - para que quem nos assiste não fique muito confuso, ou se perguntando como é isso - que criticamos. Às vezes o Bloco sem Censura vem aqui, muito ferrenho, criticar. Parece que eles têm uma doença como aquela que temos na vista, conjuntivite, parece que eles têm uma chamada "aectiste", que é a doença de Aécio. Eles almoçam e jantam pensando no Aécio. Mas ele tem a aprovação da maioria dos mineiros, foi reconduzido ao governo de Minas, teve uma votação histórica como Senador, é homem de vida tranquila, serena, bonita, elegante. Mais ainda, ele faz oposição no Planalto com classe, determinação. É claro que colheremos frutos dessas parcerias.

Solicito a atenção de todos. Oposição e Situação cumprem muito bem o papel do debate, mas há uma frase simples que diz o seguinte: na política, os companheiros de ontem podem ser os adversários de hoje, e os adversários de hoje, podem ser os companheiros de amanhã. É uma verdadeira salada de frutas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fabiano Tolentino - Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco, companheiros de região, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa sempre presente, servidores desta Casa, público que nos visita, telespectadores da nossa TV Assembleia, boa tarde. Primeiramente gostaria de parabenizar Prefeitos, Vice-Prefeitos e organizadores dos carnavais de todas as Minas Gerais. Acho que realmente esse é um ponto marcante que ainda não foi abordado nesta Casa. Passou a folia de Momo, e tivemos a oportunidade de ir a várias cidades. Penso que é o momento de fazermos menção à justificativa da grande folia, que é o nosso Carnaval, alegria contagiante das festas que tivemos em todas as Minas Gerais.

Parabenizo as grandes cidades, como Mariana e Ouro Preto, pelo Carnaval. Parabenizo também a região Centro-Oeste, onde tive a oportunidade de fazer várias visitas. Infelizmente Divinópolis foi crescendo e perdeu a tradição de festejar a data original do Carnaval. Contudo, temos um pré-Carnaval, que se iniciou comigo, quando eu era Secretário de Esporte, Lazer e Turismo de Divinópolis, e que vem-se tornando um bom evento na cidade. Temos, em Divinópolis, grandes eventos, como a Festa Nacional da Cerveja e a Divinaexpo, terceira melhor exposição de rodeio do Brasil, perdendo apenas para Barretos e Jaguariúna. Divinópolis, que ocupa a



terceira colocação, é uma cidade de grandes eventos. Não tivemos a oportunidade de ter o Carnaval na data carnavalesca, e, sim, o pré-Carnaval, evento muito bom que levou vários foliões ao Parque de Exposições. Trata-se de um evento gratuito que a Prefeitura vem promovendo desde o meu mandato como Secretário, há quatro anos.

Visitamos várias cidades, Deputado Rômulo, e fiquei feliz, porque nossa região vem mantendo a tradição. Fomos a Carmo do Cajuru e a São Gonçalo. Amanhã estaremos presentes na posse do Prefeito de São Gonçalo, Ângelo Roncalli, na AMM. Ficamos muito felizes pelo fato de o Prefeito de nossa região estar representando essa Associação.

Em Abaeté, o Carnaval foi espetacular, com muita gente e foliões na praça e na cidade. Foi uma alegria contagiante. Estivemos também em Pitangui. Fizemos um roteiro: Santo Antônio do Monte, Luz, Estrela do Indaiá e Oliveira, cujo Carnaval de rua é espetacular e muito gostoso. As casas são animadas e representam realmente a alegria do Carnaval. É muito bom ver isso. Em Carmo da Mata, o Prefeito Milton Neto promoveu uma festa maravilhosa, com blocos na rua e com um “show” espetacular de Rodrigo Bergall. Em Pitangui, tivemos o Brotos do Samba, banda da nossa cidade de Divinópolis. Estivemos em Cláudio, com o Prefeito Adalberto, em São Sebastião do Oeste e em Itapeçerica. Portanto, foi uma maratona. Visitamos 12 cidades em quatro dias, o que foi muito gostoso. Vimos amigos, aumentamos nosso laços de contato. Com certeza, foram dias marcantes na nossa trajetória política. É importante estarmos presentes e, no momento de vibração e de alegria, conversarmos e levarmos temas para a cidade. Fizemos isso no Carnaval. Muitas pessoas preferem descansar nessa data, mas optamos por trabalhar e ver como o Carnaval, folia de Momo, está em nossas Minas Gerais e em nossa região Centro-Oeste.

Não poderia deixar, neste momento, de dizer a todas as Minas Gerais como é importante mantermos a tradição do nosso Carnaval, porque essa festa leva divisas para a cidade, leva recursos e atrai turismo. É muito importante termos cada vez mais alternativas para esses dias maravilhosos, para esses dias de alegria. Apesar da chuva, já que choveu bastante, todos aproveitaram muito o Carnaval.

Sr. Presidente, meu segundo ponto da pauta é que estamos completando 45 dias de mandato. Fico muito feliz em estar na presença de V. Exas. Fui muito bem recebido por todos os servidores nesta Casa e fico muito feliz por já estar inserido no contexto da nossa Assembleia Legislativa. Os Deputados e as Deputadas atenderam muito bem todos os nossos pedidos e em todos os momentos em que tivemos alguma dúvida. Iniciamos hoje as votações. Realmente, estou muito feliz. É gratificante estar aqui, representar a nossa região, as nossas Minas Gerais. Já estamos começando a levar verbas para a nossa cidade e para toda a região Centro-Oeste.

Gostaria de fazer publicamente um agradecimento ao Governador Antonio Anastasia e ao Danilo de Castro, Secretário de Governo, que já começam a enviar verbas para a nossa região. Com muita ênfase, destaco R\$713.000,00 para a reforma da Escola Joaquim Afonso Rodrigues, em Carmo da Mata; e R\$3.500.000,00 para a construção da UPA em Divinópolis. Divinópolis tem um problema muito grave na área da saúde. Estamos construindo o hospital público municipal que irá atender a toda a região, e agora também a UPA, com a verba de R\$3.500.000,00. Segunda-feira, junto com o Deputado Domingos Sávio, a Secretária de Saúde Rosenílce Cherie Mourão, a Cherie, e o Prefeito Vladimir, fomos a um encontro com o Secretário de Saúde, que nos liberou R\$3.500.000,00 para a construção da UPA e a complementação de R\$900.000,00, que era contrapartida da Prefeitura. Portanto, agora, a verba toda será do Estado. Para a ampliação do aeroporto de Divinópolis foram liberados R\$350.000,00. Precisamos realmente dessa ampliação, pois Divinópolis já começa a receber turistas de todas as cidades, e precisamos de ter o aeroporto bem feito. Foram liberados R\$125.000,00 para o melhoramento de vias públicas em Pedra do Indaiá; R\$59.000,00 para a compra de móveis para três escolas de Divinópolis - Martin Cyprien, Armando Nogueira e Antônio Olímpio de Moraes -; e R\$709.000,00 para o transporte escolar em vários Municípios da nossa região. Fico muito alegre, Deputado e caro amigo Inácio Franco, hoje presidindo esta grande reunião, porque, ao todo, em apenas 45 dias conseguimos levar para a nossa região Centro-Oeste aproximadamente R\$5.460.000,00.

Estamos aqui para trabalhar. É claro que haverá debates, discussões, mas aqui viemos com o princípio e a finalidade de trabalho. Fico feliz quando a nossa região já começa a ter suas emendas e os valores já cedidos às escolas, às ampliações de vias públicas, aos melhoramentos, ao aeroporto. Fico muito feliz em contribuir. Somos o elo de contribuição para que as verbas cheguem bem até nossa região.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Deputado Fabiano Tolentino, parabenizo-o. V. Exa., jovem ainda, na Câmara Municipal de Divinópolis, demonstrou um trabalho altamente expressivo, que fez com que seus eleitores e amigos o trouxessem para o Parlamento mineiro. Tenho certeza de que as ações que V. Exa. acaba de pronunciar ainda se estenderão mais de forma positiva. Tenho-o acompanhado de perto, e nós dois estaremos juntos, numa parceria com o Sebrae, pensando nas micro e pequenas empresas. Faço este registro para que seus eleitores tenham ciência de que V. Exa. está aqui representando-os com muita seriedade e comprometimento.

O Deputado Fabiano Tolentino - Muito obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Realmente nesta Casa você é um espelho para nós. O Deputado está presente em todas as reuniões da Casa e estava presente em todas as reuniões do fórum que houve aqui. Portanto, V. Exa. é um espelho para nós. Parabéns e muito obrigado por essa parceria e pelo acompanhamento.

O trabalho já se iniciou. São apenas 45 dias, mas entendo que já fizemos um trabalho por nossa região, e haverá muito mais. Agradeço a toda a equipe de governo, ao Governador Antonio Anastasia e ao Danilo de Castro, Secretário de Governo, que nos está ajudando com essas verbas.

Por fim, segunda-feira, dia 14 de março, estivemos com o Secretário Lafayette de Andrada, com uma comitiva muito importante de Divinópolis - o José Vítor, Presidente da Acasp, com os Diretores Luciano e Francisco; o companheiro Carlos Moacir, Presidente da Acid; o Rafael, Presidente da CDL; o Cel. Eduardo Campos, Comandante Regional da Polícia Militar; o Ten.-Cel. Júlio, Comandante do 23º Batalhão; e a Dra. Aparecida Quadros, Delegada Regional.

Fomos pedir ao Deputado Lafayette de Andrada a implantação do Olho Vivo, que é um projeto de que Divinópolis precisa muito. Solicitamos também a criação da Risp, juntamente com o Prefeito Vladimir. Tivemos muito boa aceitação. Tenho certeza de que os dois projetos serão implementados na nossa Divinópolis, tanto a construção da Risp, como do projeto Olho Vivo.



O Deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)* - Muito obrigado pelo aparte. Ouvi atentamente o seu segundo pronunciamento aqui. Tenho certeza de ouviremos muitos, pois, por seu estilo, já vemos que será um Deputado que dará uma grande contribuição para esta Casa e para o Estado de Minas Gerais.

Fiquei muito feliz em tê-lo como membro efetivo da nossa Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, da qual sou Presidente. Juntos, não tenho dúvida, poderemos trabalhar muito por toda a região Sul, por Minas Gerais, por sua região e do Deputado Inácio Franco, onde, nos próximos dias, faremos uma audiência pública para provocar a segurança no que diz respeito aos roubos de gado, que estão acontecendo de forma fora de série na região de Pará de Minas, Ibiá, enfim, em várias partes do Estado. A sua contribuição não só nesta pauta mas em todas as outras será muito importante. Parabéns por sua fala. Estamos juntos para contribuir com o segmento agropecuário e para trabalhar para todo cidadão mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Fabiano Tolentino (continuando) - Muito obrigado, Deputado, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, da qual sou o Vice-Presidente. Iniciamos nesta legislatura, Deputado Pompílio Canavez, e já estamos na Vice-Presidência, ao lado de um Deputado já tão experiente no assunto. Acredito que faremos um ótimo trabalho. Realmente, trata-se de uma matéria muito importante. Próximo a Divinópolis, em Cláudio, já recuperamos uma carga com 20 cabeças de gado que estava sendo roubada. A Polícia Militar de Divinópolis conseguiu resgatá-la, juntamente com a patrulha rural. Temos de apoiar mais essa patrulha. Precisamos tê-la em todas as cidades. É excelente quando a polícia passa a ver também o lado rural. Estarei presente na audiência, que, tenho certeza, será muito produtiva. Parabenizo, assim, o Deputado Inácio Franco, hoje Presidente desta reunião, pelo requerimento. Será ótimo para toda a nossa região.

O Deputado Bosco (em aparte) - Deputado Fabiano Tolentino, gostaria também, na oportunidade, de cumprimentá-lo. É a segunda vez que V. Exa. utiliza esta tribuna. Inicialmente, cumprimento-o pela forma como, em pouco tempo de trabalho, em 45 dias, o Presidente Inácio já conseguiu intervir junto ao governo do Estado para a obtenção desses recursos significativos e importantes. Este é um governo que realmente está atento às questões dos Municípios. O trabalho do Deputado é encurtar a distância entre os Municípios e as regiões que representamos e o governo do Estado. Está aí o resultado. Não poderia perder e deixar passar essa oportunidade de cumprimentá-lo.

Também aproveito para dizer que protocolamos na Casa três requerimentos propondo voto de congratulação a três Municípios pelo transcurso de seus aniversários. Com a sua permissão, gostaria de citá-los. O primeiro é para o Município de Medeiros, que fizemos por meio do Prefeito Municipal Weber Leite Cruvinel. O segundo é dirigido ao Município de Tapira, pelo aniversário de emancipação, que fazemos por meio do Prefeito Laváter Pontes Júnior. E, por último, o voto dirigido ao Município de Pedrinópolis, que comemorou, na última semana, o transcurso do 48º aniversário, celebrado com festividade, com a presença de grandes lideranças políticas do Estado. O Prefeito Fausto pôde entregar à comunidade várias obras, entre elas, em parceria com a Cohab, mais de 30 casas. Foi uma grande festa. Registro, assim, os meus parabéns a toda comunidade e ao Prefeito Fausto da cidade de Pedrinópolis.

Faço, também, Deputado Fabiano Tolentino, um registro. No dia de hoje esta Casa teve a oportunidade e o prazer de receber inúmeros estudantes. Inicialmente, por meio da nossa Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, que tenho a honra de presidir.

Realmente esses estudantes vieram apresentar o movimento do Fundo Social do Minério, que vem em boa hora. Sabemos que, por um lado, há uma predisposição muito grande do nosso governo e do Governador Anastasia em investir na educação de modo efetivo. Assim como o governo, entendemos que a educação não é despesa, dispêndio, mas sim investimento. Precisamos aproveitar essa oportunidade para cobrar ação mais efetiva do governo federal no que diz respeito ao Cefem, que é a participação na exploração do minério de Minas Gerais.

Enquanto os Municípios que detêm o petróleo recebem 10% de “royalties” sobre o faturamento bruto, Minas recebe apenas 3% do valor líquido de todo o minério extraído das minas do solo mineiro. Essa é uma grande oportunidade para levantarmos um movimento da Assembleia Legislativa, dos nossos Deputados Federais e dos nossos Senadores, para que realmente possamos convencer o governo federal da necessidade de devolver ao Estado e aos Municípios o valor adequado à participação dos solos mineiros, por meio das mineradoras. Aí, sim, teremos mais dinheiro, mais recursos para investir na educação, atendendo a importantes pleitos da classe dos estudantes e dos educadores.

Deputado Fabiano Tolentino, Sr. Presidente, por fim quero dizer da nossa satisfação, juntamente a V. Exa., ao Rômulo e aos demais Deputados que compõem a base governista. Os Deputados que chegam a esta Assembleia pelo primeiro mandato observam que é natural que a Oposição tenha sua forma de se apresentar e se manifestar, mas, em determinado momento, temos a impressão de que o fato de ser da base aliada do governo é errado ou ilegal. Graças a Deus, pela vivência de quatro mandatos como Vereador em Araxá, conhecemos o funcionamento do Poder Legislativo, a ação da base aliada e da Oposição, pois isso é muito comum no Parlamento. No entanto, Deputado Fabiano Tolentino, gostaria de dizer que me sinto muito honrado em fazer parte da base aliada deste governo comprometido, deste governo transparente, deste governo de resultados. No governo Anastasia, a exemplo do governo do ex-Governador Aécio Neves, realmente dá gosto e prazer sermos parceiros e defendermos projetos. Na verdade, esses projetos não são do governo, mas do povo mineiro. Com satisfação, agradeço-lhe a oportunidade. Um grande abraço.

O Deputado Fabiano Tolentino - Muito obrigado pela contribuição. Deputado Inácio Franco, já estou encerrando. Gostaria de dizer que estamos empenhados; afinal, a Comissão de Esporte e Lazer e Juventude tem tudo a ver com a educação, com a juventude e com nossos jovens. Além disso, estamos empenhados em prol do fundo do minério, como o Deputado Bosco acabou de dizer.

Parabéns, Deputado Bosco, acho que é isso mesmo. Temos de abraçar a causa, o aumento do ProUemg. Neste ano temos uma luta muito significativa: o aumento do recurso do ProUemg e, depois, as estadualizações e a gratuidade de todas as universidades da Uemg no Estado de Minas Gerais. Esse é outro tema que devemos discutir, a fim de traçarmos a meta do aumento do recurso “per capita” do ProUemg. É importante trabalharmos isso neste ano.

Muito obrigado, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e Presidente, pela contribuição e por nos ouvirem. Fiquem com Deus. O trabalho já foi iniciado, está com 45 dias. Tenho certeza de que teremos muito mais trabalho durante o mandato de quatro anos. Obrigado.



* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, cumprimento os Deputados, as Deputadas e os telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia. Hoje o motivo da minha fala nesta tribuna é relatar a visita à cidade de Bandeira do Sul, situada no Sul do Estado, a qual sofreu uma grande tragédia. O Deputado Fabiano Tolentino falou da alegria do Carnaval. Realmente, o Carnaval é uma festa brasileira, popular. No entanto, em Bandeira do Sul, o que era para ser uma bela festa acabou se transformando numa tragédia. Na verdade, foi o maior acidente envolvendo rede elétrica no nosso país.

No domingo anterior ao Carnaval, enquanto centenas de jovens brincavam na praça principal de Bandeira do Sul, às 18 horas, acompanhando um trio elétrico, a rede elétrica do Município se rompeu e caiu no solo. Foi uma cena dantesca e terrível, acompanhada por todos os que estavam na praça. Houve mais de 80 feridos, e 16 jovens perderam a vida de maneira grotesca, contorcendo-se e sendo queimados impiedosamente. Realmente, foi uma tragédia terrível.

Em nome da Comissão de Assuntos Municipais, estive na sexta-feira anterior ao Carnaval em Bandeira do Sul - aliás, ainda chovia muito, como choveu bastante naquela época - para levar a solidariedade das Deputadas e dos Deputados desta Casa ao povo dessa cidade e aos familiares daqueles jovens. Além disso, fui até lá para verificar o que aconteceu e por que uma festa se transforma numa tragédia daquela maneira tão terrível. Encontrei muitas mães e pais jovens, porque quem brincava o Carnaval naquele momento - às 18 horas - eram muitos adolescentes. Talvez os mais velhos fossem brincá-lo mais tarde. Naquele momento havia muitos jovens de 10, 16 e 17 anos. As mães foram me encontrar na frente da Prefeitura e ficamos conversando. Além de consternado, fiquei muito impressionado com o sofrimento e o espanto daquelas famílias. Estiveram lá comigo os dirigentes do Sindieletro, assim como o Presidente Jairo e os Srs. Leonardo e Benedito, para prestar a solidariedade dos trabalhadores da Cemig às famílias e ao povo de Bandeira do Sul. Em seguida, juntamente com os Diretores do Sindieletro, fomos até a santa casa da cidade de Poços de Caldas, que fica a 20km de Bandeira do Sul. Naquele dia, ainda estavam internados 11 jovens - a mais nova tem 7 anos e estava na UTI da Santa Casa; o mais velho, 16. Digo isso para termos uma ideia de quem estava na rua naquele momento participando daquela festa que se transformou nessa terrível tragédia.

Relatando o estado daqueles meninos e daquelas meninas, posso dizer que estavam completamente queimados. As partes do corpo que abrigavam brincos, colares, pulseiras e relógios ficaram totalmente queimadas. Na semana passada, um jovem que estava internado no João XXIII acabou falecendo. Na verdade, ele caiu com o rosto sobre as ferragens do trio elétrico e foi queimado de maneira terrível. Agora, o pior de tudo é saber que essa tragédia poderia não ter acontecido.

A rede elétrica da Cemig está desprotegida. Esse acidente que aconteceu em Bandeira do Sul pode ocorrer em qualquer cidade do Estado. Eu, os companheiros do Sindieletro e o Jairo, da diretoria desse sindicato, visitamos e examinamos a rede elétrica da Cemig e ficamos preocupados: é uma bomba-relógio, pode acontecer de novo. Se continuar desse jeito, acontecerá novamente. Aliás, fomos lá na sexta-feira, pela manhã. Na quinta-feira, na véspera, um cabo se rompeu, caiu no chão, em frente à igreja matriz da cidade e causou uma correria, um terror, um susto enorme.

Deputado Bosco, também fiquei impressionado, a população da cidade - são 5 mil habitantes, e 16 jovens morreram eletrocutados no meio da rua - está com medo de tomar banho de chuveiro elétrico, de andar na rua. Frequentemente a rede elétrica entra em pane. Isso poder acontecer, Sr. Presidente, em qualquer das nossas cidades, e a nossa Cemig - digo nossa porque ela é uma empresa do povo mineiro, construída com os recursos de trabalhadores e trabalhadoras de nosso Estado - está constantemente apresentando esse risco.

No último domingo, o jornal "Hoje em Dia" mostrou uma matéria sobre os critérios que a Aneel criou para o tempo médio que cada consumidor pode ficar sem luz no ano, e Minas Gerais é um dos Estados onde esse tempo é maior. São mais de 13 horas, em média, para cada consumidor por ano. Há 10 anos, a Cemig era a empresa que tinha o orgulho de dizer que esse número era de menos de um dígito, era de 4 horas apenas o tempo que cada mineiro ficava sem energia elétrica por ano. Aliás, quando viajávamos para outros Estados e víamos que a energia elétrica caía sempre, dizíamos que em Minas isso não acontecia porque a Cemig era uma empresa com uma qualidade muito grande. Infelizmente, isso já não existe, infelizmente isso já não é realidade, infelizmente hoje vemos com tristeza e estranheza a Cemig ter diminuído a sua qualidade. Isso é preocupante.

Meu irmão trabalha na Cemig. O José Eduardo trabalha na Cemig, em São João del-Rei, terra do Rômulo, e onde eu nasci. Ele ficou mais de um ano e meio recebendo treinamento antes de ir para a rua a fim de trabalhar com energia elétrica. Hoje, nas empresas terceirizadas, os trabalhadores, depois de 10 a 15 dias, já estão nas ruas cuidando da rede elétrica do Estado. A cada 45 dias, em média, morre um trabalhador de empresa terceirizada em nosso Estado.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Pompílio. Esse assunto é de grande relevância, e também lamentamos profundamente essa grande tragédia em Bandeira do Sul. Minas Gerais está de luto em razão dessa tragédia. Realmente, precisamos chamar a atenção para o fato, a fim de que o Estado tome medidas preventivas, porque outras tragédias poderão ocorrer. Tenho um documento, aliás, Deputado Pompílio Canavez, do Sindicato dos Eletricitários, o qual traz informações sobre a tragédia em Bandeira do Sul. Vou ler só um pequeno trecho, que diz o seguinte (- Lê -)

"Todos os meses, a Central de Atendimento ao Consumidor da Cemig recebe cerca de 3.500 chamadas relacionadas com o problema de fio partido. E de quem é a culpa? Das linhas de papagaio? Do galho da árvore? Do trabalhador da construção civil? Das serpentinhas certamente não foi. Há localidades em que os fios ficam no chão por horas e horas, aguardando uma equipe de eletricitistas viajar mais de 200km para consertar a rede."

Ou seja, a rede está em estado precário. Então, eles estão tentando desfocar a real causa desse problema. Sabemos que há também uma luta dos eletricitários na questão das denúncias sobre a terceirização do setor, que está precário. Há muitas mortes de trabalhadores que não têm a formação necessária, e a empresa também não oferece toda a capacitação para que eles prestem um serviço de qualidade. Os trabalhadores estão colocando em risco a sua vida.

Estamos chamando a atenção para o assunto. Vamos reproduzir o documento do Sindicato dos Eletricitários para fazermos uma real investigação do caso, que não foi o primeiro; há muitos no Estado. A própria Aneel, a agência do setor elétrico localizada em Brasília, disse que a Cemig é a pior prestadora de serviços da Região Sudeste, levando em conta as inúmeras interrupções do serviço e sua



péssima qualidade. A Cemig não faz jus ao “slogan” que usa: “A Cemig é a melhor energia do Brasil”. Isso é propaganda enganosa. Na verdade, ela faz um trocadilho, pois a sua tarifa é a mais cara do Brasil.

Parabenizo V. Exa. Esperamos que o governo tome providências, dessa forma poderemos discutir essa questão profundamente para melhorarmos o serviço da Cemig. É preciso uma rede compatível, que ofereça proteção necessária. Não é possível que uma simples serpentina ocasione um acidente como esse. A serpentina não pode ser a maior culpada. A culpa é da falta de política do Estado para o setor elétrico. Obrigado.

O Deputado Pompílio Canavez - Antes de conceder aparte ao Deputado Rogério Correia, agradeço ao Deputado Elismar Prado. Quero apenas ilustrar o problema para os telespectadores compararem o que ocorreu com a rede elétrica de Bandeira do Sul e o que ocorre nas cidades de Minas Gerais. Este é o cabo que há na rede elétrica de Bandeira do Sul. Ele recebe a alta-tensão de Bandeira do Sul. O cabo deveria ser no mínimo desta espessura. Além do mais, ele não deveria ser desse jeito, deveria ser protegido.

Deputado Rogério Correia, segundo o Sindieletro, a diferença entre uma rede não protegida e a protegida é muito pequena em termos de custo. O custo de uma rede não protegida fica em torno de R\$47.000,00 o quilômetro e o da rede protegida, em torno de R\$62.000,00. O que ganharíamos em termos de custo e benefício e em vidas valeria a pena.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Pompílio Canavez, quero parabenizá-lo por ter tomado a iniciativa de, juntamente com a Comissão, estar em Bandeira do Sul na ocasião, e estar lá novamente. Isso será fundamental não só para o conforto da população, que já sofre com o ocorrido, mas também para dar tranquilidade aos moradores e saber, de fato, o que houve.

A crítica que faço à Cemig e também ao governo do Estado se refere novamente à blindagem. Tenta-se blindar um problema que sabemos não é somente de Bandeira do Sul. V. Exa. disse muito bem, trata-se de um problema do conjunto dos Municípios do Estado de Minas Gerais. As redes elétricas não têm a segurança necessária, e a Cemig deveria reconhecer a situação. O fato de reconhecê-la significa que irá corrigi-la. Agora, querer jogar toda a culpa na serpentina, realmente, é tapar o sol com a peneira e não prevenir problemas futuros. Esse é o grande problema! Criticamos o governo, a fim de que pare de blindar tudo e todos, com o intuito de dizer que tudo é perfeito em Minas Gerais, não reconhecendo os problemas existentes. Vimos o problema de segurança pública ocorrido recentemente na Serra. Fatos vão mostrando que não há uma política do governo para prevenção de alguns problemas.

Deputado, no caso da serpentina, fiquei com medo. Ainda bem que V. Exa. foi lá! Minha sugestão é que V. Exa. fosse acompanhado do Deputado Durval Ângelo, porque fiquei com medo de a Cemig mandar torturar a serpentina. Senti dó da serpentina. Pensei que eles iriam torturar a serpentina para que confessasse o crime. Brincadeiras à parte, fiquei realmente receoso pelas pessoas que brincaram com a serpentina no Carnaval. Elas deviam estar apavoradas. Assistiam aos programas de TV, que jogavam a culpa na serpentina. Imaginem quem jogou a serpentina lá em Bandeira do Sul! Deveria estar assustado, com medo de ser preso e torturado, pois a irresponsabilidade seria de quem brincou o Carnaval usando a serpentina. Tenham dó! Realmente foi trágica a cobertura desse fato, e ainda há órgãos da imprensa que engolem essa e não fazem uma análise mais séria do que aconteceu.

Parabenizo V. Exa por trazer esse assunto, de forma séria, por discutir os problemas e apresentar soluções. Acredito que essa atitude não deve ser apenas da Oposição, qualquer cidadão tem obrigação de fazer isso, incluindo a nossa base do Governo aqui na Assembleia.

O Deputado Tiago Ulisses (em aparte) - Deputado Pompílio Canavez, eu também estive na cidade de Bandeira do Sul no dia seguinte ao trágico acidente. Aliás, o Governador Antonio Anastasia se mostrou muito preocupado e solidarizou-se, tal qual V. Exa., não só com o pessoal de Bandeira do Sul, como também com as pessoas que estavam internadas no hospital de Poços de Caldas.

Foi um trágico acidente. Esperamos que a Polícia Civil esclareça os fatos e que se apresente o laudo definitivo, com as causas do acidente.

Mas, independentemente dessa conclusão, vejo que há uma preocupação em culpar antecipadamente a Cemig pelo acidente, especialmente do Sindieletro, com a denúncia de atividades terceirizadas. Não ouvi o Deputado Elismar Prado, quando Deputado Federal, externar sua preocupação com os trabalhadores da Petrobras como faz agora com os trabalhadores da Cemig. Em reportagem do dia 27 de fevereiro, do jornal “O Globo”, lê-se: “Na Petrobras dos terceirizados, denúncias de acidentes”. Fato é que não ouvi do Deputado Elismar Prado, na ocasião Deputado Federal, nem de seu irmão Weliton Prado, nosso amigo e atualmente Deputado Federal, externar a mesma preocupação, que expressam agora com os trabalhadores da Cemig, com os trabalhadores terceirizados da Petrobras. Esperamos que os Deputados do PT, que amanhã estarão em Uberaba com a Presidente Dilma, levem-lhe também essa preocupação. Os Deputados estão preocupados em apurar as causas do acidente em Bandeira do Sul - de fato, é muito importante que se identifique o real problema, que poderá ter inúmeras razões, mas devemos respeitar o laudo -, mas peço-lhes que, da mesma forma, levem à Presidente Dilma a preocupação com a Petrobras, empresa tão importante e orgulho nacional. Diz-se nessa reportagem, Deputado Elismar Prado, que até mesmo os geólogos da Petrobras são terceirizados, sem condições de trabalhar em segurança nas plataformas. Gostaria que você tivesse com os trabalhadores terceirizados da Petrobras a mesma preocupação que tem com os da Cemig.

Muito obrigado, Deputado Pompílio Canavez. Saúdo sua preocupação com as vítimas do acidente em Bandeira do Sul, como tem este Deputado, que lá esteve presente. Obrigado.

O Deputado Pompílio Canavez - Para concluir, a terceirização, Deputado Tiago Ulisses, como é feita no Brasil, é nociva de qualquer maneira. Também somos contra a terceirização como é feita, até mesmo na Petrobras. Sou sindicalista - fui Presidente do Sindicato dos Bancários - e acho que, no Brasil, a terceirização se transformou em interposição fraudulenta de mão de obra. Tenho certeza de que o Deputado Elismar Prado também brigou muito por essa causa, assim como fará o Deputado Weliton Prado.

Mas, Deputado Tiago Ulisses, tenho certeza de que o Deputado tem conhecimento das dificuldades que os Prefeitos vêm enfrentando com a Cemig. Fui Prefeito - saí agora há pouco da Prefeitura - e posso dizer, sinceramente, que os Prefeitos do Estado de Minas Gerais sabem que não há mais como sermos atendidos pela Cemig. Se ela não atende nem o Prefeito, também não atende o consumidor. Nós, parlamentares, temos de fazer com que a Cemig volte a ser a empresa de que se orgulhavam os mineiros, e não essa empresa que virou uma verdadeira bomba-relógio em todos os Municípios do nosso Estado. Obrigado, Sr. Presidente.



* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 21/3/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Bruno Siqueira

nomeando Leonardo Vilella Morais Antunes para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Guedes

exonerando Fernanda Vidal Ferreira Reis do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
exonerando Gustavo Xavier Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Fernanda Vidal Ferreira Reis para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 4 horas;
nomeando Vera Lucia Gonçalves Dias Moreira para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Lamac

exonerando Ana Paula Siqueira Ferreira do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
exonerando Antônio Aleano Barbosa Honorato do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Ana Paula Siqueira Ferreira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;
nomeando Antônio Aleano Barbosa Honorato para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Carla Francesca Cortes Guimarães para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Deiró Marra, Vice-Líder do Governo;

nomeando Marcos Johnson de Almeida para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Leonardo Moreira, Vice-Líder do Governo.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando José Roberto de Oliveira Cestaro do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Luis Roberto Pieroni para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2011

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 11/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 6/4/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a aquisição de artigos para mesa.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório - GAPL -, da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, de 8h30min a 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 22 de março de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.